



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Lei nº 953/11

Altera dispositivos da Lei nº 13.214, de 29 de junho de 2001.

Art. 1º Altera o § 2º e acrescenta o § 3º ao art. 3º, da Lei nº 13.214, de 29 de junho de 2001, que passará a vigorar com a seguinte redação:

*Art. 3º ...

(...)

§ 2º O benefício fiscal previsto neste artigo não acarretará o estorno proporcional dos créditos, quando:

- a) o imposto, na operação anterior, já tenha sido calculado sobre a base de cálculo reduzida;
- b) trate-se de aquisição, em operação interestadual, por estabelecimento industrial-fabricante.

§ 3º A redução da base de cálculo de que trata este artigo não se aplica nas operações com telefones para redes celulares e para outras redes sem fio, classificados na posição 8517.12 da NCM."

Art. 2º Fica acrescentado o inciso III ao art. 11 da Lei nº 14.985, de 06 de janeiro de 2006, com a seguinte redação:

"III – condicionar a fruição dos benefícios previstos nesta Lei:

- a) a que o contribuinte esteja em situação regular perante o fisco;
- b) a que o contribuinte não possua, por qualquer de seus estabelecimentos:


1. débitos fiscais inscritos na dívida ativa deste Estado;
2. débitos fiscais decorrentes de auto de infração, em relação ao qual não caiba mais defesa ou recurso na esfera administrativa, não pagos no prazo previsto na legislação;
3. débitos fiscais decorrentes de auto de infração ainda não julgado definitivamente na esfera administrativa, relativos a crédito indevido do imposto proveniente de operações ou prestações amparadas por benefícios fiscais concedidos em desacordo com o disposto no art. 155, § 2º, XII, "g", da Constituição da República;

c) a que, na hipótese de o contribuinte não atender ao disposto na alínea "b":

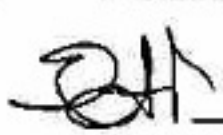
1. os débitos estejam garantidos, a julgo da Procuradoria Geral do Estado, se inscritos na dívida ativa;
 2. os débitos declarados ou apurados pelo fisco sejam objeto de pedido de parcelamento deferido que esteja sendo regularmente cumprido;
- d) à regular apresentação pelo contribuinte de informações econômico-fiscais.*

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de janeiro de 2012.

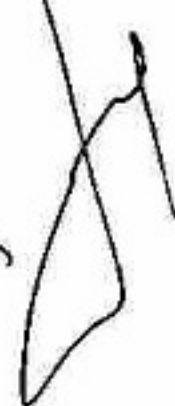
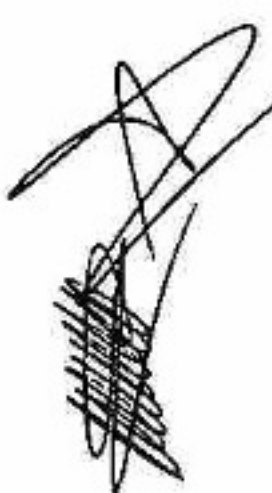
Sala das Comissões, 06 de junho de 2012.



ALEXANDRE CURTI
Presidente



Relator





ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Lei nº 068/12

Altera a Lei nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003 –
Código de Organização e Divisão Judiciárias do
Estado do Paraná, com a criação das Comarcas das
Regiões Metropolitanas de Londrina e de Maringá.

Art. 1º Fica alterado o Título V e seu Capítulo Único, da Lei nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003, mantidos os atuais arts. 236, 238 e 239, sendo acrescentados os arts. 236-A, 236-B e 236-C, e alterado o art. 237, conforme segue:

*TÍTULO V DAS COMARCAS DAS REGIÕES METROPOLITANAS DE CURITIBA, DE LONDRINA E DE MARINGÁ

CAPÍTULO ÚNICO COMPOSIÇÃO, COMPETÊNCIA E DISTRIBUIÇÃO

Art. 236. ...

Art. 236-A. Fica criada a Comarca da Região Metropolitana de Londrina, compreendendo o Foro Central de Londrina, sede da Comarca, no mesmo incluído o Distrito Judiciário de Tamarana, e os seguintes Foros Regionais:

I – Foro Regional de Cambé, compreendendo o Distrito da sede;

II – Foro Regional de Ibiporã, compreendendo o Distrito da sede e os Distritos Judiciários de Frei Timóteo e de Antônio Brandão de Oliveira, ambos do Município de Ibiporã;

III – Foro Regional de Rolândia, compreendendo o Distrito da sede e os Distritos Judiciários de São Martinho e de Nossa Senhora Aparecida, ambos do Município de Rolândia, e de Pitangueiras (Município de mesmo nome).

§ 1º A Comarca da Região Metropolitana de Londrina passa a ser composta por Seção Judiciária única, de número 5 (cinco), cuja competência será fixada por Resolução do Órgão Especial do Tribunal de Justiça.

§ 2º A 22ª Seção Judiciária fica composta pelas Comarcas de São Jerônimo da Serra e Assaí, que passa a ser sede da Seção.

§ 3º A 32ª Seção Judiciária fica composta pelas Comarcas de Primeiro de Maio, Sertãozinho e Bela Vista do Paraíso, que passa a ser Sede da Seção.

Art. 236-B. Fica criada a Comarca da Região Metropolitana de Maringá, compreendendo o Foro Central de Maringá, sede da Comarca, e os Distritos Judiciários de Iguatemi e de Floriano (Município de Maringá), Doutor Camargo (Município de mesmo nome), Ivatuba (Município de mesmo nome), Floresta (Município de mesmo nome), Paçandu (Município de mesmo nome) e Água Boa (Município de Paçandu), e os seguintes Foros Regionais:

I - Foro Regional de Mandaguaçu, compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Pulinópolis (Município de Mandaguaçu), Ourizona (Município do mesmo nome), São Jorge do Ivaí (Município do mesmo nome) e Copacabana do Norte (Município de São Jorge do Ivaí);

II - Foro Regional de Sarandi, compreendendo o Distrito da sede;

III - Foro Regional de Marialva, compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Aquidabã (Município de Marialva) e de Itambé (Município de mesmo nome);

IV - Foro Regional de Mandaguari;

V - Foro Regional de Nova Esperança, compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Barão de Lucena (Município de Nova Esperança), Ivaíinga (Município de Nova Esperança), Florai (Município do mesmo nome), Nova Bilac (Município de Florai), Presidente Castelo Branco (Município do mesmo nome), Atalaia (Município do mesmo nome) e Uniflor (Município do mesmo nome).

§ 1º A Comarca da Região Metropolitana de Maringá passa a ser composta por Seção Judiciária Única, de número 6 (seis), cuja competência será fixada por Resolução do Órgão Especial do Tribunal de Justiça.

§ 2º A 39ª Seção Judiciária fica composta pelas Comarcas de Paranacity e Colorado, esta sede da Seção.

§ 3º O cargo de Juiz Substituto da então 47ª Seção Judiciária, cuja Sede era a Comarca de Sarandi, fica transformado em um Cargo de Juiz de Direito Substituto e transferido para a Seção Judiciária Única da Comarca da Região Metropolitana de Maringá.

Art. 236-C. A competência dos Juízos e das Varas dos Foros Centrais e Regionais de que tratam os artigos 236-A e 236-B desta Lei será fixada por Resolução do Órgão Especial do Tribunal de Justiça.

Parágrafo único. Enquanto não sobrevier essa resolução, será observado, nos Foros Centrais e Regionais referidos no "caput" deste artigo, o disposto na legislação anterior quando comarcas.

Art. 237. Nos Foros Centrais, a distribuição entre varas de igual competência será feita sob a presidência de um dos Juizes de Direito Substitutos dos respectivos Foros Centrais, designados pelo Corregedor-Geral da Justiça, que baixará ato disciplinando a matéria. Nos Foros Regionais, sob a presidência do Juiz Diretor do Fórum."

Art. 2º Fica revogado o artigo 283 e alterado o artigo 284 da Lei Estadual nº 14.277/2003, que passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 283. (revogado)

Art. 284. Nas Seções Judiciárias com sede nas Comarcas de Araçongas, Campo Mourão e Paranaguá haverá dois (2) Juizes Substitutos, cuja competência será fixada por resolução".

Art. 3º Em decorrência das criações das Comarcas das Regiões Metropolitanas de Londrina e de Maringá ficam igualmente alterados os dispositivos adiante indicados da Lei Estadual nº 14.277/2003, que passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 25. ...

§ 1º ...

§ 2º São Juizes de Direito Substitutos de primeiro grau os de entrância final, quando não titulares de varas, para substituição nas comarcas dessa categoria sediadas na Região Metropolitana de Curitiba, na Região Metropolitana de Londrina, na Região Metropolitana de Maringá, em Ponta Grossa, Foz do Iguaçu, Cascavel, Guarapuava e Umuarama, promovidos entre os de entrância intermediária ou removidos de uma para outra das comarcas de entrância final.

...

Art. 68 ...

Parágrafo único ...

a) No Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, a distribuição dos feitos cíveis e criminais será feita pelo 5º Ofício Distribuidor, e no Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Londrina, a distribuição será feita pelo 2º Ofício Distribuidor, Contador, Partidor e Depositário Público, sem antecipação de custas.

...

Art. 234. No Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Londrina, o 1º e 2º Ofícios Distribuidores terão as seguintes atribuições:

...

Art. 256. Fica criado nas comarcas de entrância final o seguinte:

I - ...

IV - na Comarca da Região Metropolitana de Londrina, Foro Central:

a) ...

V - na Comarca da Região Metropolitana de Maringá, Foro Central:

a) ...

VI - ...

...

Art. 268. Nas Comarcas das Regiões Metropolitanas de Curitiba, Londrina e Maringá, poderá o Tribunal de Justiça distribuir as varas ou Juízos em Foros Regionais, estabelecendo a respectiva competência.

...

Art. 269 ...

I - ...

II - na Comarca da Região Metropolitana de Maringá - um (1) cargo;

III - ...

...

Art. 272...

a) ...

b) um (1) cargo de Secretário de Juizado Especial Cível da Comarca da Região Metropolitana de Londrina;

c) um (1) cargo de Secretário de Juizado Especial Cível da Comarca da Região Metropolitana de Maringá.

d) ...

Parágrafo único. Dois (2) dos cargos de Secretário de Turma Recursal, de entrância final, um da Comarca da Região Metropolitana de Londrina e outro da Comarca da Região Metropolitana de Maringá, criados pela Lei 11.468, de 16 de julho de 1996, permanecem inalterados, e seus ocupantes exercerão suas funções na Turma Recursal com sede no Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, para os fins dispostos nesta lei.

...

Art. 276. Nos Foros Centrais das Comarcas das Regiões Metropolitanas de Curitiba, Londrina e Maringá, e nas Comarcas de entrância final, fica criado um cargo de Contador/Avallador de Juizado especial, conforme os Anexos VII e IX, Tabela 8.

...

Art. 279. Nas comarcas de entrância final de Cascavel, Foz do Iguaçu, Ponta Grossa, Região Metropolitana de Londrina e Região Metropolitana de Maringá, fica criada mais uma (1) Unidade Administrativa de Juizado Especial Cível, todas com um (1) cargo de Juiz de Direito."

Art. 4º Ficam alterados os Anexos I, II Tabelas 1 e 2, III Tabelas 1 e 2, IV, V, IX Tabela 1, da Lei Estadual nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003.

Art. 5º As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias do Poder Judiciário.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 06 de Junho de 2012.



ALEXANDRE CURÍ
Presidente



Relator





Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

D. L.

Fls. 02

PROJETO DE LEI Nº

738/11

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 12 SET. 2011

1º Secretário

**SÚMULA: Declara de Utilidade Pública
a AMIVI - COMUNIDADE AMIGOS DA
VIDA.**

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública Estadual, a AMIVI - COMUNIDADE AMIGOS DA VIDA, pessoa jurídica de direito privado, com sede e foro na cidade e Comarca de São José dos Pinhais, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 12 de setembro de 2011.

Deputado CAÍTO QUINTANA




JUSTIFICATIVA:

A AMIVI - COMUNIDADE AMIGOS DA VIDA, entidade civil sem fins lucrativos, com sede à rua Sebastiana Santana Fraga, 36, Jardim São Paulo, no Município e Comarca de São José dos Pinhais, tem por finalidade principal promover e contribuir para o desenvolvimento humano, cultural e social dos seus afiliados, oferecendo tratamento para recuperação de pessoa com dependência química, bem como apoio sócio-familiar, visando a reintegração do afiliado, além de promover a ética, a paz, a cidadania, a democracia e outros valores universais.

Como se comprova pela documentação anexa, a entidade obedece a todos os requisitos legalmente previstos para ser declarada de Utilidade Pública, o que permitirá à mesma requerer recursos oriundos do Poder Público, facilitando a execução de seus objetivos.

Assim sendo, contamos com o apoio dos nobres parlamentares desta Casa, para a aprovação do presente projeto de lei.





Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

OL
Pis. 23
98

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 738/2011

Projeto de Lei nº. 738/2011
Autor: Deputado Estadual Caio Quintana

*Súmula: Declara de Utilidade Pública a AMIVI –
Comunidade Amigos da Vida.*

**EMENTA: DECLARAÇÃO UTILIDADE PÚBLICA
– LEI Nº 16.888/2011 – REQUISITOS
PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL NA
FORMA DA EMENDA MODIFICATIVA.**

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Estadual Caio Quintana, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública Estadual a *AMIVI – Comunidade Amigos da Vida, com sede e foro no Município de São José dos Pinhais/PR.*

FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

12
Fls. 34
98

IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições que disponham sobre:

a) declaração de utilidade pública de entidades civis, (grifo nosso).

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 16.888/2011, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Os principais requisitos foram devidamente preenchidos, quais sejam:

- a natureza de associação ou fundação sem fins lucrativos;
- a finalidade;
- a não remuneração de seus membros;
- a destinação do patrimônio em caso de dissolução a uma entidade congênere.

A natureza da presente instituição é de Associação Privada sem fins lucrativos, e tem como finalidade a cultura, de acordo com o estatuto da entidade, cumprindo assim com os requisitos exigidos pelo artigo 1º, I e II, da Lei 16.888/2011, senão vejamos:

Art. 1º A declaração de utilidade pública somente será reconhecida por meio de lei, desde que atendidos os seguintes requisitos:

I – pessoa jurídica de direito privado na forma de associação ou fundação, constituída no Paraná ou que no âmbito do Estado exerçam suas atividades através de representações com sede no Estado;



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



II - que possua personalidade jurídica, nos termos do Código Civil Brasileiro, há mais de (1) um ano e que seus atos constitutivos demonstrem as áreas de atuação, sendo da assistência social, da educação, da pesquisa, da cultura, do esporte ou do meio ambiente ou de pesquisa;

Quanto a não remuneração de seus dirigentes e a destinação do patrimônio, também encontram-se devidamente reguladas pelo presente estatuto.

Cumpra ressaltar também que todos os demais documentos exigidos foram anexados ao presente projeto de lei.

Contudo, o nobre parlamentar não consignou na Sumula qual é a sede e foro da presente entidade, tomando-se necessária a Emenda Modificativa para suprir a falta de sede e foro do presente Projeto de Lei.

Por fim, quanto à técnica legislativa, o artigo 2º do projeto de lei ora analisado viola a LEI COMPLEMENTAR 98/95, tendo em vista que tal artigo determina que a Lei "entrará em vigor na data de publicação", senão vejamos:

Art. 6º A vigência da lei será indicada de forma expressa e de modo a contemplar prazo razoável para que dela se tenha amplo conhecimento, reservada a cláusula "entra em vigor na data de sua publicação" para as leis de pequena repercussão.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

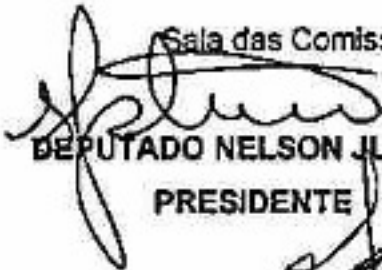
11L
Fls. 36
08

Assim, sugere-se na **Emenda Modificativa** em anexo, com fulcro no artigo 137, §1º do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, visando sanar estes vícios supracitados.

CONCLUSÃO

Assim, somos de parecer **FAVORÁVEL** à normal tramitação do projeto de lei em análise, na forma da **EMENDA MODIFICATIVA**.

Sala das Comissões, em 22 de 05 de 2012.


DEPUTADO NELSON JUSTUS.
PRESIDENTE


DEPUTADO DÚLIO GENARI
RELATOR



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

11
113, 37
98


EMENDA MODIFICATIVA - PROJETO DE LEI N.º 738/11

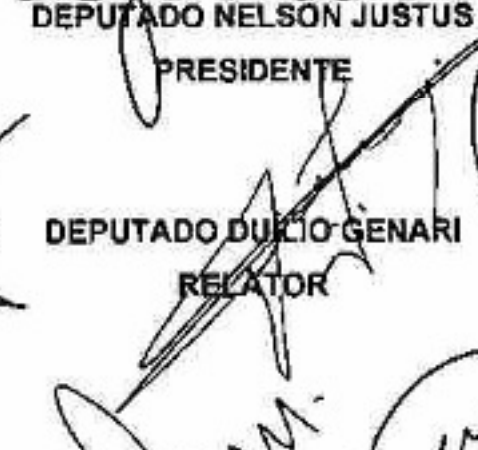
Com fulcro no que autoriza o artigo 137, § 4º do Regimento Interno dessa Casa de Leis, faz-se necessária a apresentação da presente Emenda Modificativa, para contar com a seguinte redação:

"Súmula: Declara de Utilidade Pública a AMIVI – Comunidade Amigos da Vida, com sede e foro no Município de São José dos Pinhais".

"Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação".

Sala das Comissões, em 22 de 05 de 2012.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO DÚLIO GENARI
RELATOR



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Gabinete Deputado Hermas Junior



PROJETO DE LEI Nº 8.762/2011

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 08 NOV. 2011


1º Secretário

Súmula: Altera o artigo 1º da Lei n. 8627/1987, inserindo dentre as provas obrigatórias a que detecta a cardiopatia congênita.

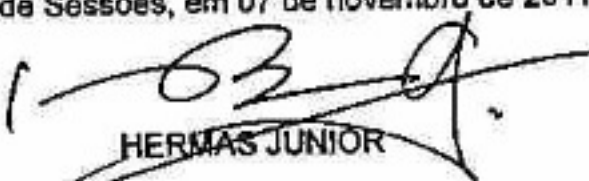
A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º. O artigo 1º da Lei nº 8627/1987 passa a ter a seguinte redação:

Art. 1º. É obrigatória a realização de provas para o diagnóstico precoce da fenilcetonúria (FNC), do hipotireoidismo congênito (HC), do mongolismo, da cardiopatia congênita e outras malformações genéticas e cromossômicas, em todas as crianças nascidas nas maternidades e casas hospitalares, mantidas pelo Estado do Paraná*.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Sala de Sessões, em 07 de novembro de 2011


HERMAS JUNIOR
DEPUTADO ESTADUAL



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Gabinete Deputado Hermas Junior



JUSTIFICATIVA

A Lei Estadual que se pretende alterar, tão somente seu artigo 1º., trata das importantes medidas a serem tomadas quando do nascimento das crianças, que devem ser submetidas a exames que tem o condão de diagnosticar doenças graves e que podem ser previamente evitadas e tratadas.

Trata do Exame do Pezinho, bem como, todos aqueles que podem detectar doenças por malformações genéticas e cromossômicas.

É de se ver o teor do artigo 1. da referida Lei:

Art. 1º. É obrigatória a realização de provas para o diagnóstico precoce da fenilcetonúria (FNC), do hipotireoidismo congênito (HC), do mongolismo e outras malformações genéticas e cromossômicas, em todas as crianças nascidas nas maternidades e casas hospitalares, mantidas pelo Estado do Paraná.

O presente Projeto de Lei visa inserir, de forma explícita no artigo, o importante "Teste do Coraçãozinho" (oximetria de pulso), que se trata de uma triagem simples e barata que pode ajudar a diagnosticar casos de cardiopatia congênita em recém-nascidos e possivelmente salvar vidas.

Defeitos cardíacos congênitos acometem 1 em cada 100 crianças e é uma das maiores causas de mortalidade infantil durante o primeiro ano de vida.

O teste chamado "oximetria de pulso" que deve ser realizado após as primeiras 24 horas de vida e antes da alta hospitalar utiliza sensores externos (oxímetro), que devem ser colocados nas mãos e pés do bebê para verificação de níveis de oxigênio no sangue da criança. Havendo oxigenação abaixo de 95% a criança não deve ter alta da maternidade, permanecendo em observação e a partir daí devem ser realizados os demais exames



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Gabinete Deputado Hermas Junior



diagnósticos, de acordo com a prescrição médica, para descartar a possibilidade de cardiopatia congênita grave.

A oximetria de pulso é um teste seguro, barato, já que todas as maternidades devem possuir no mínimo um oxímetro (aparelho utilizado comumente em UTIs), tomando-se totalmente viável e sem custos. Ele identifica casos de cardiopatias congênitas graves, que podem não ter sido detectados no pré-natal, pelo fato de não ter sido feito a ecocardiografia fetal.

Em estudos publicados recentemente na revista "Pediatrics" e "The Lancet" ficou comprovado a eficácia do teste e diversos países do mundo vem adotando o teste para salvar vidas, já que uma cardiopatia congênita grave não detectada pode levar à morte em poucas horas ou dias.

É competência do Estado, comum com a União e com os Municípios, legislar e protegeram a vida, a saúde, a infância, consoante artigo 24, XII e XV da Constituição Federal, a saber:

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

...

XII - previdência social, proteção e defesa da saúde;

...

XV - proteção à infância e à juventude;

Também o Estatuto da Criança e do Adolescente, em seu artigo 10, prevê, de forma explícita:

Art. 10. Os hospitais e demais estabelecimentos de atenção à saúde de gestantes, públicos e particulares, são obrigados a:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Gabinete Deputado Hermas Junior



I - manter registro das atividades desenvolvidas, através de prontuários individuais, pelo prazo de dezolito anos;

II - identificar o recém-nascido mediante o registro de sua impressão plantar e digital e da impressão digital da mãe, sem prejuízo de outras formas normatizadas pela autoridade administrativa competente;

III - proceder a exames visando ao diagnóstico e terapêutica de anormalidades no metabolismo do recém-nascido, bem como prestar orientação aos pais;

IV - fornecer declaração de nascimento onde constem necessariamente as intercorrências do parto e do desenvolvimento do neonato;

V - manter alojamento conjunto, possibilitando ao neonato a permanência junto à mãe.

Art. 11. É assegurado atendimento médico à criança e ao adolescente, através do Sistema Único de Saúde, garantido o acesso universal e igualitário às ações e serviços para promoção, proteção e recuperação da saúde.

Art. 11. É assegurado atendimento integral à saúde da criança e do adolescente, por intermédio do Sistema Único de Saúde, garantido o acesso universal e igualitário às ações e serviços para promoção, proteção e recuperação da saúde. (Redação dada pela Lei nº 11.185, de 2005)

Vale dizer, a inclusão da obrigatoriedade, de forma explícita, do "Teste do



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Gabinete Deputado Hermas Junior

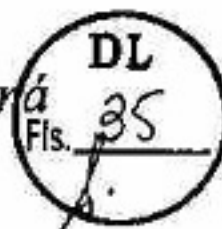


Coraçãozinho", para detecção da cardiopatia congênita, somente vem a complementar situação que já se encontra prevista em Lei, ou seja, do amplo atendimento ao recém-nascido.

Dessa forma, por haver previsão legal para o Estado legislar sobre o assunto, bem como, a levar em conta que as maternidades já dispõem de aparelhagem que permite a realização do exame, peço apoio aos nobres Pares para aprovação desse importante Projeto de Lei que tem por objetivo salvar vidas.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA



VOTO VISTA AO PROJETO DE LEI 876/2011.

Projeto de Lei n.º. 876/2011 - Autor: Deputado Hermas Júnior.

*ANEXOS

Projeto de Lei n.º. 879/2011 - Autor: Deputado Ney Leprevost.

Projeto de Lei n.º. 05/2012 - Autor: Deputado Marcelo Rangel.

Súmula: Altera o artigo 1º da Lei n.º. 8627/1987, inserindo dentre as provas obrigatórias em recém-nascidos a que detecta a cardiopatia congênita. Realização do "Teste do Coraçãozinho".

EMENTA: RETORNO DE DILIGÊNCIA. REALIZAÇÃO DO TESTE DO CORAÇÃOZINHO. RECÉM-NASCIDOS. PARECER TÉCNICO DA SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE CONTRÁRIO. MATÉRIA DE MÉRITO. CONSTITUCIONALIDADE E LEGALIDADE PRESENTES. PRECEDENTES DO STF. PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O Projeto de Lei n.º. 876/2011 de autoria do Deputado Hermas Júnior visa alterar o artigo 1º da Lei n.º. 8627/1987, inserindo dentre as provas obrigatórias a que detecta a cardiopatia congênita. Em anexo, o Projeto de Lei n.º. 879/2011, de autoria do Deputado Ney Leprevost, o qual também visa instituir o "teste do coraçãozinho" para os recém-nascidos no Estado do Paraná e também o Projeto de Lei n.º. 05/2012 de autoria do Deputado Marcelo Rangel, no mesmo sentido.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA



A proposição recebeu parecer técnico da Secretaria de Estado da Saúde, através do ofício n.º. 3380/2011, sendo que a análise segue abaixo e parecer contrário do ilustre Deputado Relator.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, vale lembrar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33 - A, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

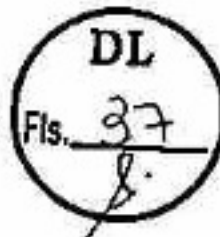
DO PARECER TÉCNICO DA SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

Instada a se manifestar, a Secretaria pronunciou-se contrária aos Projetos de Lei em análise, fundamentada no documento científico publicado pela Sociedade Brasileira de Pediatria (fls. 10-14), considerando que o teste de oximetria de pulso possui limitações com sensibilidade de 75%, portanto, algumas cardiopatias poderão não ser detectadas.

Inobstante a análise da CCJ não tenha por objetivo o mérito do PL, há que salientar que o percentual acima apontado é altíssimo; ou seja, ao detectar 75% das cardiopatias, já podemos perceber a importância de tal exame, já implementado, inclusive, em várias cidades do País, como é o caso de Curitiba.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA



Outrossim, cumpre salientar que a Constituição Federal no seu artigo 24º, XII define a competência concorrente da União, Estados e Distrito Federal legislar na área de saúde:

Art. 24º. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

XII - previdência social, proteção e defesa da saúde, (Grilo nosso).

Ainda, o artigo 196 da Constituição Federal assim estabelece:

Art. 196. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

Neste entendimento, assim, cabe a todos: Estado, União, Municípios, legislar sobre políticas sociais que visem à redução do risco de doenças e acesso universal e igualitário para proteção e recuperação.

Também o Estatuto da Criança e do Adolescente, em seu artigo 10, III assim prevê:

Art. 10. Os hospitais e demais estabelecimentos de atenção à saúde de gestantes, públicos e particulares, são obrigados a:

I - ...

II - ...

III - proceder a exames visando ao diagnóstico e terapêutica

Edifício Pres. Tancredo Neves
Praça Nossa Senhora da Salette, s/n
Gab. Dep. Hernas Jr - 3. andar
Curitiba-PR, CEP 80 530-911
www.hernasjunior.com.br



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA



de anormalidades no metabolismo do recém-nascido, bem como prestar orientação aos pais;

...

O parecer da SESA, se refere ao mérito do PL, o que não se coaduna com a presente fase, consoante se disse, sendo objeto de análise nas Comissões Especializadas e em Plenário.

Nesta seara, a análise deve se restringir à Constitucionalidade,

○ Legalidade e Técnica Legislativa.

Assim, o presente PL pretende inserir exame obrigatório para os recém-nascidos, tratando, portanto, de um direito essencial do ser humano – a saúde e sua prevenção, o que, consoante se viu acima, por si só, já lhe dá guarida constitucional e legal. A saúde, inerente à dignidade humana, é objetivo primeiro do Estado.

Quanto a eventual vício de iniciativa, descrito no parecer do Ilustre Deputado Relator, é de se ver o julgamento abaixo transcrito, do STF, em ADIn3394-8 – AM, que trata do tema em PL que visa a proteção à saúde e que julgou improcedente ADIN por vício de iniciativa, em PL que visava implementar exames obrigatórios na área da saúde, como é o presente PL. É de se ver:

○
EMENTA: AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. ARTIGOS 1º, 2º E 3º DA LEI N. 50, DE 25 DE MAIO DE 2004, DO ESTADO DO AMAZONAS. TESTE DE MATERNIDADE E PATERNIDADE. REALIZAÇÃO GRATUITA. EFETIVAÇÃO DO DIREITO À ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA. LEI DE INICIATIVA PARLAMENTAR QUE CRIA DESPESAS PARA O ESTADO-MEMBRO. ALEGAÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

DL
Fls. 39
/s

FORMAL NÃO ACOLHIDA."

Do Voto do Relator, Ministro Eros Grau, extrai-se o que segue:

"2. Afasto, desde logo, a alegada inconstitucionalidade formal por vício de iniciativa, já que, ao contrário do afirmado pelo requerente, a lei atacada não cria ou estrutura qualquer órgão da Administração Pública local. Também não procede a alegação de que qualquer projeto de lei que crie despesa só poderá ser proposto pelo Chefe do Executivo estadual. As hipóteses de limitação da iniciativa parlamentar estão previstas, em numerus clausus, no artigo 61 da Constituição do Brasil, dizendo respeito às matérias relativas ao funcionamento da Administração Pública, notadamente no que se refere a servidores e órgãos do Poder Executivo. Não se pode ampliar aquele rol, para abranger toda e qualquer situação que crie despesa para o Estado-membro, em especial quando a lei prospere em benefício da coletividade," (destacamos)

Considerando-se a importância da proposta e o fato de não se criar despesas extras, já que os materiais usados para o exame do coraçãozinho são os mesmos utilizados em Ufis, conforme se vê da Justificativa do PL, o vício de iniciativa inexistente, bem como porque não cria nova estrutura da administração

Edifício Pres. Tancredo Neves
Praça Nossa Senhora da Salette, s/n
Gab. Dep. Hernas Jr - 3. andar
Curitiba-PR, CEP 80 530-911
www.hernasjunior.com.br



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA



pública, mas sim, obriga as maternidades do Estado a realizarem exame que pode salvar muitas vidas e que não trará nenhuma despesa, repita-se, ao Poder Público. As maternidades atendidas pelo Poder Público já existem e estão estruturadas conforme determina a Lei. Assim, somente se prevê aqui a extensão de um serviço essencial à saúde humana.

Por fim, quanto à técnica legislativa, inexistem óbices ao disposto

○ pela Lei Complementar nº 95/98.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 23 de Abril de 2012.

Nelson Justus
Presidente

Pastor Edson Praczyk
Deputado Estadual

VOTO
CONTRARIO
AO PARECER
Elio Rusch
Nelson Justus
Aulio Jma



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE SAÚDE

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 876/11

O presente Projeto de Lei, de autoria do Deputado Hermas Brandão Junior, altera o art. 1º da Lei nº 8627/1987, inserido dentre as provas obrigatórias a que detecta a cardiologia congênita.


A matéria já recebeu análise, da constitucionalidade e legalidade, da Douta Comissão de Constituição e Justiça, que apresentou parecer favorável.

Chamada a opinar, a Comissão de Saúde Pública encontra méritos indiscutíveis no Projeto de Lei em tela, pois a proposta tem por objetivo inserir, de forma explícita no artigo, o importante "Teste do Coraçãozinho" (oximetria de pulso), que trata de uma triagem simples e barata que pode ajudar a diagnosticar casos de cardiopatia congênita em recém-nascidos e possivelmente salvar vidas.

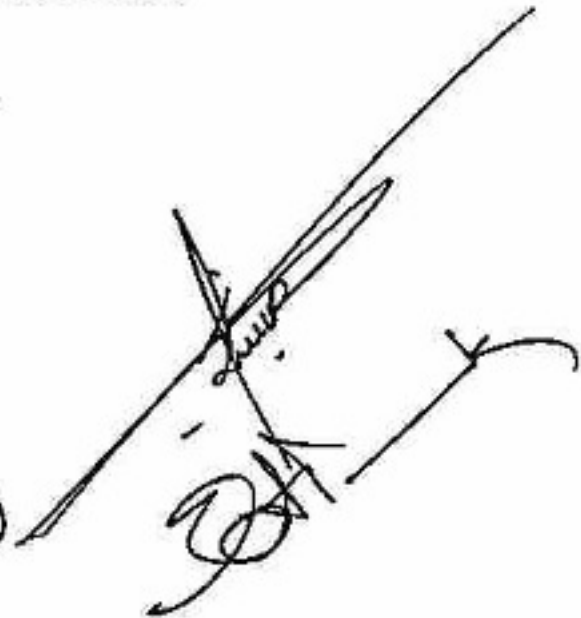
Isto posto, opinamos pela aprovação favorável nos termos da emenda modificativa em anexo.

Sala das Comissões, 04 de junho de 2012.


PRESIDENTE

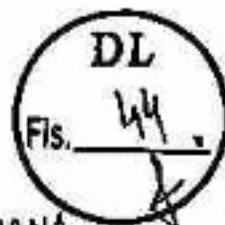

DR. BATISTA
RELATOR







ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



**EMENDA MODIFICATIVA AO
PROJETOS DE LEI Nº 876/11**

Fica alterado o art. 2º do Projeto de Lei nº 876/11, que
passará a vigorar com a seguinte redação:

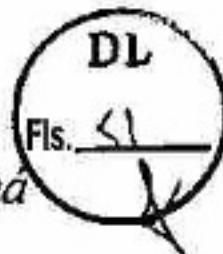
"Art. 2º Esta Lei entra em vigor após 180 dias da sua
publicação".

Sala das Sessões, 04 de junho de 2012.


D. BATISTA
DEPUTADO ESTADUAL



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER À EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 876/11

Projeto de Lei nº 876/11

Autor da emenda: Comissão de Saúde.

Súmula: Altera o artigo 1º da Lei nº 8627/1987, inserindo dentre as provas obrigatórias a que detecta a cardiopatia congênita.

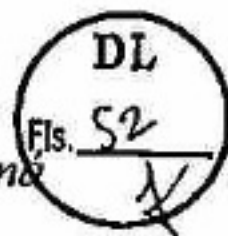
EMENTA: OBJETIVA ALTERAR O ART. 2º DO PROJETO DE LEI 876/2011. POSSIBILIDADE. ARTS. 33, 137 E 141 REGIMENTO INTERNO ALEP. CONSTITUCIONAL PARECER PELA APROVAÇÃO.

PREÂMBULO

O Projeto de Lei em análise, de autoria do Deputado Estadual Hermas Junior, visa alterar o artigo 1º da Lei nº 8627/1987, inserindo dentre as provas obrigatórias a que detecta a cardiopatia congênita, sendo que recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça, em face do voto exarado pelo Deputado Estadual Pastor Edson Praczyk.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Ocorre que, na Comissão de Saúde desta Casa o referido projeto recebeu uma Emenda Modificativa, de autoria dos membros da referida Comissão. Por esta razão é que a referida Emenda submete-se agora, a análise de constitucionalidade por esta Comissão.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, cumpre esclarecer que compete a esta Comissão de Constituição e Justiça a análise inicial de verificação quanto à legalidade e constitucionalidade da Emenda Modificativa em tela, com a devida verificação de legitimidade e técnica legislativa, conforme tutela o Regimento Interno desta Assembléia Legislativa:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

1 - emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Desta forma, evidencia-se que a Comissão de Constituição e Justiça não adentra no mérito da matéria em questão.

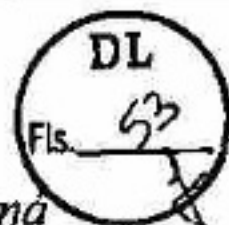
Além disso, o Regimento Interno desta Casa de Leis estabelece as oportunidades em que podem ser emendadas as proposições:

Art. 141. As proposições poderão ser emendadas nas seguintes oportunidades:

1 - ao iniciar a discussão, desde que apoladas por cinco Deputados;



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



II - nas comissões, pelos respectivos relatores, por qualquer membro da Comissão ou ainda por qualquer Deputado, conforme o disposto no artigo 51, §3º deste Regimento. (grito nosso)

Portanto, verifica-se que foi respeitado o inciso II do artigo 141 do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, tendo em vista que a presente emenda foi proposta na Comissão de Saúde.

O Regimento Interno, em seu art. 137, prevê a possibilidade em se oferecer emendas ao projeto de lei apresentado, classificando-se como modificativa aquela proposição que altera outra, mas não descaracteriza sua essência.

Art. 137. As emendas são supressivas, substitutivas, aditivas ou modificativas.

(...)

§ 4º Emenda modificativa é a proposição que altera outra mas não descaracteriza sua essência. (grito nosso)

Deste modo, verifica-se que a presente emenda está perfeitamente coerente com os ditames constitucionais não encontrando nenhum empecilho para prosperar.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** da presente Emenda Modificativa, proposta pela Comissão de Saúde, em virtude de sua constitucionalidade e legalidade.

Sala das Comissões, em 05 de junho de 2012.

DEPUTADO ESTADUAL NEISON JUSTUS
PRESIDENTE

DEPUTADO ESTADUAL FERNANDO SCANAVACA
RELATOR

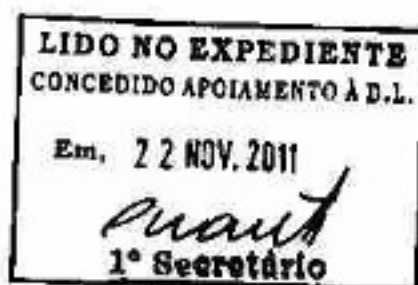


Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



PROJETO DE LEI Nº 911/2011



Súmula: Reconhece o Município de FAXINAL como a Capital do Tomate em Estufa do Estado do Paraná e da outras providências.

Art. 1º Fica reconhecido o Município de Faxinal, como a Capital do Tomate em Estufa do Estado do Paraná.

Art. 2º As comemorações se darão paralelamente a data do aniversário de Emancipação Política do Município – 14 de dezembro.

Art. 3º Essa denominação fará parte do Calendário de Eventos e de Turismo do Paraná.

Art. 4º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 22 de novembro de 2011.

CANTORA MARA LIMA

Deputada Estadual



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



JUSTIFICATIVA

O Município de Faxinal nos últimos anos vem ocupando posição de destaque no cultivo do Tomate em Estufa. Quem conhece a região do Vale do Ivaí, ao passar por Faxinal em direção à Curitiba ou em sentido inverso, Curitiba/Vale do Ivaí, pode presenciar o panorama não só de uma beleza natural muito apreciada, como mais ou menos curiosa.

São centenas de estufas preparadas especialmente para acolher o plantio de milhares de pés de tomate. Em 224 hectares de área plantada de tomate em estufa equivale a 3,5 milhões de pés de tomate. Os agricultores vão fazer experimentos desta cultivar com incentivos de empresas internacionais, mais especificamente, empresas Italianas que estão investindo em novos experimentos, ou novos tipos de tomates, com produção de mudas no Estado de São Paulo, porém, com sementes e mudas trazidas do solo italiano.

O acompanhamento técnico está sendo feito pelo engenheiro agrônomo Reginaldo Pavezzi e pelo técnico agrícola Flávio Jednerski do Escritório local de Faxinal da Emater.

Esta fase experimental poderá em um futuro próximo dar lugar à instalação de uma indústria de polpa de tomate naquele município.

Atualmente, a produção anual é de 19.250 toneladas de tomate nos 224 hectares que já existem com duas colheitas anuais, e que rendem um bom lucro para os agricultores que já possuem essa plantação.

Assim fica justificada a designação de Capital do Tomate em Estufa para o Município de Faxinal.



*Assembléia Legislativa do Estado do
Paraná*
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI 911/11

Projeto da Lei nº 911/11

Autora: Deputada Estadual Cantora Mara Lima

Súmula: Reconhece o Município de Faxinal como a Capital do Tomate em Estufa do Estado do Paraná e dá outras Providências.

EMENTA: RECONHECE O MUNICÍPIO DE FAXINAL COMO A CAPITAL DO TOMATE EM ESTUFA DO ESTADO DO PARANÁ. COMPETÊNCIA LEGISLATIVA CONCORRENTE DO ESTADO PARA LEGISLAR SOBRE CULTURA E FOMENTA-LA, ARTS. 24, X E 215, CAPUT, INICIATIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, ART 65 e 190 da CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. CONSTITUCIONALIDADE. APROVAÇÃO. PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria da Deputada Estadual Cantora Mara Lima, objetiva reconhecer o município de Faxinal como a Capital do Tomate em Estufa do Estado do Paraná.

FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, §2º, I do



*Assembléia Legislativa do Estado do
Paraná*

Centro Legislativo Presidente Anibal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO

PARANÁ, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33 - Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:

§2º A Comissão de Constituição e Justiça compete:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

A CONSTITUIÇÃO FEDERAL dispõe, em seu artigo 24, X, que é de competência da União, Estados e Municípios legislarem concorrentemente sobre cultura, sendo, ainda, conforme estabelece o artigo 215, caput, da incumbência do Estado garantir, o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional a todos os seus cidadãos, buscando, de mesmo modo, o apoio e incentivo à valorização e difusão das manifestações culturais, senão vejamos:

Art. 24, caput, CF/88. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

(...)

IX - educação, cultura, ensino e desporto.

(...)

Art. 215, caput, CF/88. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

Conforme estabelece a CONSTITUIÇÃO ESTADUAL, em seu artigo 190, caput, a cultura é de direito de todos e deve ser estimulada,



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça

valorizada, defendida e preservada pelos Poderes Públicos, Estaduais e Municipais, senão vejamos:

Art. 190. A cultura, direito de todos e manifestação da espiritualidade humana, deve ser estimulada, valorizada, defendida e preservada pelos Poderes Públicos, estadual e municipal, com a participação de todos os segmentos sociais, visando à realização dos valores essenciais da pessoa.

A própria Constituição Federal já define o conteúdo do patrimônio cultural brasileiro como os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira; estabelece a obrigatoriedade do poder público, com a colaboração da comunidade, de promover e proteger o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas¹.

Destarte, o artigo 124 do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná dispõe que a iniciativa dos projetos de lei caberá a qualquer membro da Assembléia:

Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação. (grifo nosso)

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Corroborando com tal entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, senão vejamos:

¹ DE MORAES, Alexandre. *Direito Constitucional*. Ed. Atlas: São Paulo, 2007. 22ª. ed. pg 808.



*Assembléia Legislativa do Estado do
Paraná*
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça




Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (grifo nosso)

Desta forma, considerando-se que a matéria abarcada não se enquadra no rol de competência privativa atribuída ao Chefe do Poder Executivo Estadual, não há que se falar em vício de iniciativa. Por conseguinte, vislumbra-se que o projeto de lei está em consonância aos ditames constitucionais, não estando previamente inserido no Calendário Oficial do Estado do Paraná.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 07 de dezembro de 2011.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO HERMAS BRANDÃO JR.
RELATOR



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



COMISSÃO DE AGRICULTURA
PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 911/11

Projeto de Lei nº 911/11

Autor: Deputada Cantora Mara Lima

PREFÁCIO

O presente projeto de Lei tem por intuito reconhecer o município de Faxinal como a Capital do Tomate em Estufa do Estado do Paraná.

FUNDAMENTAÇÃO

O presente projeto de lei visa reconhecer o município de Faxinal como a Capital do Tomate em Estufa do Estado do Paraná.

Tendo em vista que nos últimos anos o Município de Faxinal ocupa posição de destaque no cultivo do Tomate em estufa, tendo um produção anual de 19.250 toneladas de tomate nos 224 hectares, com duas colheitas anuais e que rendem um bom lucro para os agricultores.




Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury




CONCLUSÃO

Diante do exposto, entende-se pela
APROVAÇÃO do presente Projeto de Lei, em virtude da grande
importância da matéria em questão, para o Município e para o Estado
do Paraná.

Sala das Comissões, em 12 de dezembro 2011.


DEPUTADO HERMAS BRANDÃO JUNIOR
PRESIDENTE


DEPUTADO EVANDRO JUNIOR
RELATOR





Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Turismo



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 911/2011

Projeto de Lei nº. 911/2011

Autor: Deputada Carlora Mara Lima

Súmula: Reconhece o Município de Faxinal como a Capital do Tomate em Estufa do Estado do Paraná e da outras providências.

O presente Projeto de Lei, de autoria da Deputada Carlora Mara Lima, tem por objetivo reconhecer o Município de Faxinal como a Capital do Tomate em Estufa do Estado do Paraná, determinando que as comemorações por tal reconhecimento se darão paralelamente ao aniversário de emancipação política do Município, no dia 14 de dezembro e que tal comemoração faça parte do Calendário de Eventos do Estado.

O Projeto recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça no dia 07/12/2011, tendo como relator o Deputado Hermas Brandão Jr. e da Comissão de Agricultura no dia 12/12/2011, sendo agora esta Comissão chamada a se manifestar sobre o assunto.

No que se refere ao objeto de análise desta Comissão, acreditamos que tal medida é um importante incentivo ao crescimento desta técnica de cultivo do tomate no Município de Faxinal. Além disso, não encontramos no Calendário Oficial qualquer data com o mesmo escopo.

O Município se destaca no cultivo do Tomate em Estufa, contando com centenas de estufas, preparadas




Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Turismo




especialmente para acolher o plantio de milhares de pé de tomate, sendo os 224 hectares de área plantada equivalente a 3,5 milhões de pés de tomate.

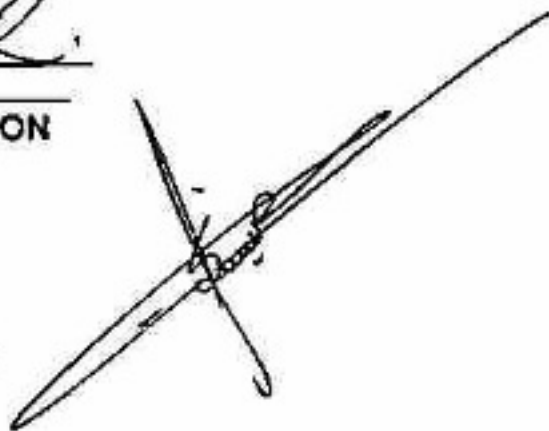
Desta forma, o parecer desta Comissão é **FAVORÁVEL** à continuidade de sua tramitação, razão pela qual somos pela **APROVAÇÃO** do presente projeto.

Sala das Comissões, 23 de maio de 2012.


DEPUTADO ANIBELLI NETO
Presidente


DEPUTADO PEDRO LUPION
Relator







PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

PROJETO DE LEI N.º 233/2012

Súmula: Altera o Inciso II, do art. 18 Lei n.º 13.666, de 05 de julho de 2002, e adota outras providências.

Art. 1.º O inciso II, do art. 18, da Lei n.º 13.666, de 05 de julho de 2002, alterado pela Lei n.º 14.077, de 04 de julho de 2003, passa a vigorar com a seguinte redação:

"II – Adicional de Voo – AAV: retribuição financeira para o cargo de Agente de Aviação, fixada em valor fixo, de natureza permanente, incompatível com serviço extraordinário ou horas extras e incorporável para todos os efeitos legais".

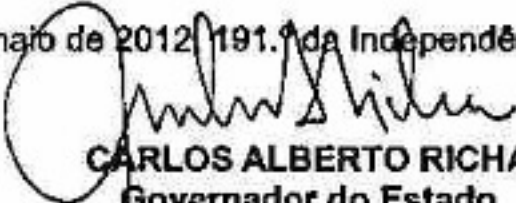
Art. 2.º A estrutura da vantagem Adicional de Voo obedecerá ao contido no Anexo único desta Lei.

Art. 3.º O valor do Adicional de Voo será corrigido automaticamente quando da concessão do Índice geral de revisão dos cargos do Quadro Próprio do Poder Executivo – QPPE.

Art. 4.º Os atuais servidores do Quadro de Agente de Aviação terão sua remuneração ajustada, através de ato do Chefe do Poder Executivo, na forma da presente Lei.

Art. 5.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as Leis n.ºs 14.077, de 04 de julho de 2003, 15.878, de 09 de julho de 2008 e 16.268, de 09 de novembro de 2009.

Curitiba, 21 de maio de 2012. 191.ª da Independência e 124.ª da República.


CARLOS ALBERTO RICHA
Governador do Estado



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador



ANEXO ÚNICO

VALOR DO ADICIONAL DE VOO (EM REAIS)
R\$ 8.850,28

CASA CIVIL
GRUPO DE PLANEJAMENTO SETORIAL



INFORMAÇÃO Nº 074/2012-GPS/CC

Protocolado nº 10.482.947-3

Conforme solicitado pela Chefia da Divisão Orçamentária e Financeira da Casa Militar, a respeito da proposta de **unificação das vantagens que compõe o Adicional de Vão dos Agentes de Aviação**, e de acordo com a informação nº 021/2012 do Grupo de Recursos Humanos Setorial da Casa Civil, onde diz que, *a solicitação não trará impacto financeiro*, estamos informando que existe **previsão de recursos orçamentários** na Lei Orçamentária Anual nº 17.012 de 14 de dezembro de 2011, no valor de R\$ 20.779.260,00 (vinte milhões, setecentos e setenta e nove mil, duzentos e sessenta reais) para as despesas com pessoal da Casa Civil no decorrer do presente exercício, na dotação abaixo especificada e QDD em anexo.

Órgão: 13 - Casa Civil

Unidade: Diretoria Geral

P/A: 1302.04122414.015 – Gestão Administrativa – Casa Civil

Natureza da Despesa: 3190.1100 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil

Espécie de despesa: 01 – Pessoal e Encargos Sociais

Fonte de recursos: 100 – Recursos do Tesouro Ordinário não Vinculado

É a Informação,

Curitiba, 24 de maio de 2012.


Manoel de França
Chefe do GPS/CC


Maria Cristina Magalhães
Assessora Casa Civil/GPS

ESTADO DO PARANÁ
SEÇÃO DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL
COORDENAÇÃO DE ORÇAMENTO E PROGRAMAÇÃO - COP

QUADRO DE DETALHAMENTO DE DESPESA
QDD - DIRETA
SEM MOVIMENTAÇÃO DE CRÉDITO

COMPOSIÇÃO P/L
Exercício 2012
24/05/12 11:28:19



Órgão: CASA CIVIL
Unidade: DIRETORIA GERAL
PROJ/ATIV/CP,ESP: GESTÃO ADMINISTRATIVA - CASA CIVIL
Datação: 1307.04122414.D15

Recursos orçamentários em R\$ 1,00									
Despesa	Item	Orçamento Inicial (1)	Orçamento Programado (2)	Saldo a Programar (3)	Total Orçamentário (4)=(1)+(2)+(3)	Total Empenhado (5)	Saldo Programado (6)=(2)-(5)	Pago até 24/05/12 (7)	
PESSOAL									
31901100	11001	20.779.760	20.779.760		20.779.760	10.818.765,28	10.160.494,78	9.440.512,84	
31901300	11001	2.500.000	2.500.000		2.500.000	1.222.377,99	1.277.622,01	1.222.377,99	
31901600	11001	55.000	55.000		55.000	34.782,37	15.217,63	35.799,33	
31909200	11001	150.000	306.185		306.185	306.184,50	0,50	306.184,50	
31909600	11001	1.300.000	663.109	280.706	843.815	297.451,69	365.657,31	294.158,62	
TT		24.584.260	24.303.554	280.706	24.584.260	12.483.561,81	11.819.962,19	11.299.251,08	
TT PESS.		24.584.260	24.303.554	280.706	24.584.260	12.483.561,81	11.819.962,19	11.299.251,08	
OUT. D. CIVIL									
33903900	11001	560.600	117.998	441.998	559.996	103.828,22	14.669,78	49.678,38	
33903900	11001	325.440	67.000	258.440	325.440	37.187,53	9.812,47	46.200,10	
33903700	11001	853.000	331.000	522.000	853.000	331.000,00	0,00	329.657,22	
33903900	11001	2.421.850	1.828.317	1.279.819	2.409.236	868.552,02	366.784,98	574.770,17	
33904800	11001	10.000	5.000	5.000	10.000	1.545,00	3.455,00	1.545,00	
33905200	11001	13.700	28.518		28.518	28.512,02	0,86	28.512,02	
TT		4.184.090	1.677.833	2.506.257	4.184.090	1.483.329,79	194.703,21	1.032.367,99	
TT O.D.CIVIL		4.184.090	1.677.833	2.506.257	4.184.090	1.483.329,79	194.703,21	1.032.367,99	
INVESTIMENTOS									
44905100	11001		297.237		297.237	0,00	297.237,00	0,00	
44905200	11001	900.000	389.810	570.190	960.000	348.430,50	41.359,40	261.386,40	
44905200	11001		60.000		60.000	0,00	60.000,00	0,00	
TT		900.000	767.047	570.190	1.337.237	348.430,50	418.636,40	261.386,40	
TT INVESTIM.		900.000	767.047	570.190	1.337.237	348.430,50	418.636,40	261.386,40	
TT		29.728.350	26.748.434	3.357.153	30.105.537	14.315.102,20	12.433.331,80	12.591.005,47	
TT						0,00	0,00	0,00	
TOTAL		29.728.350	26.748.434	3.357.153	30.105.537	14.315.102,20	12.433.331,80	12.591.005,47	

Pessoal e Encargos Sociais	Juros e Encargos da Dívida	Outras Despesas Correntes	Investimentos	Inversões Financeiras	Apropriação de Dívida	Total Geral
TT	24.584.260	4.184.090	1.337.237			30.105.587
OF						
TT	24.584.260	4.184.090	1.337.237			30.105.587

MENSAGEM N.º 027 /2012

Curitiba, 21 de maio de 2012



Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para apreciação dessa augusta Casa de Leis, o incluso Anteprojeto de Lei que objetiva a alteração do inciso II, do art. 18, da Lei n.º 13.666, de 05 de julho de 2002.

A presente proposta visa dar nova redação ao inciso supracitado, e regulamentar a concessão do "Adicional de Voo" aos Agentes de Aviação do referido quadro.

Considerando as disposições da Lei n.º 13.666, de 05 de julho de 2002, sobre o pagamento de vantagens pecuniárias aos integrantes das várias carreiras do Quadro Próprio do Poder Executivo – QPPE, este Anteprojeto de Lei tem a finalidade de alterar o conceito da vantagem Adicional de Voo e de fixar esse valor previsto no Inciso II do artigo 18, regulamentando a sua aplicação, conforme o § 1.º do artigo 18 e §§ 2.º e 3.º do artigo 30, o qual é específico para a carreira de Agente de Aviação, com a denominação de Adicional de Voo.

O conceito dessa vantagem, para o presente caso, é o de natureza permanente e exclusiva para integrantes desta carreira, relativa ao caráter penoso, insalubre, perigoso e com risco da atividade de voo e também para transporte de féretros, resgates, transporte de apenados e órgãos para transplantes, sendo incompatíveis com horas extras e incorporável para todos os efeitos legais.

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
CURITIBA – PR

Instituto proL, n.º 10.482.947-3

Palácio Iguaçu | Praça Nossa Senhora do Salete, s/n.º | Centro Cívico | 80530-909 | Curitiba | Paraná | Brasil
Fone: [41] 3350-2800 | Fax: [41] 3252-2381 | 3254-7345 | 3254-4299 | www.pr.gov.br

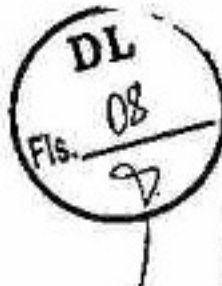
Cumpra ressaltar que a presente medida não trará qualquer ônus adicional ao erário.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.



CARLOS ALBERTO RICHÁ
Governador do Estado





PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

Palácio Iguaçu – Curitiba, 21 de maio de 2012
OF CEE/G 126/12

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 20 MAIO 2012

[Signature]
1º Secretário

I – À DAP para leitura no expediente
II – À DL para providências.
Em, 20 MAIO 2012

[Signature]
Presidente

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, para providências, a Mensagem relativa ao Anteprojeto de Lei que objetiva a alteração do inciso II, do art. 18, da Lei n.º 13.666, de 05 de julho de 2002.

Atenciosamente,

[Signature]
CARLOS ALBERTO RICHA
Governador do Estado

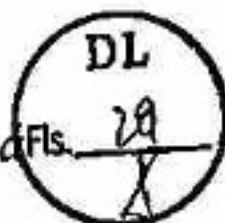
Anexo
14:29 28/05/2012 083215 MP 63361111 11/05/2012 15:34

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
CURITIBA – PR

CEE/SRGVF/JC



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI 233/12

Projeto de Lei nº 233/12

Autor: Poder Executivo - Mensagem nº. 027/12

Súmula: Altera o inciso II, do art. 18 Lei nº 13.666, de 05 de julho de 2002, e adota outras providências.

EMENTA: DÁ NOVA REDAÇÃO AO INCISO II DO ART. 18 DA LEI ESTADUAL Nº 13.666/02 E REGULAMENTA A CONCESSÃO DO ADICIONAL DE VOO AOS AGENTES DE AVIAÇÃO. INICIATIVA PRIVATIVA DO CHEFE DO PODER EXECUTIVO. ARTS. 1º E 3º LEI ESTADUAL 13.666/02. ARTS. 65, 66 E 87 DA CE. ARTS. 33-A E 124 REGIMENTO INTERNO ALEP. CONSTITUCIONAL APROVAÇÃO. PARECER FAVORÁVEL NA FORMA DA EMENDA MODIFICATIVA EM ANEXO.

PREÂMBULO

O projeto de lei de autoria do Poder Executivo tem por finalidade alterar o conceito da vantagem Adicional de Voo e de fixar esse valor previsto no inciso II do art. 18 da Lei Estadual nº 13.666/02, regulamentando a sua aplicação, conforme o § 1º do art. 18 e §§ 2º e 3º do art. 30, o qual é específico para a carreira de Agente de Aviação, com a denominação de Adicional de Voo.

O conceito de adicional dessa vantagem, para o presente caso, é o de natureza permanente e exclusiva para integrantes desta carreira, relativa ao caráter penoso, insalubre e perigoso e com risco da atividade de voo e também para transporte de féretros, resgates,



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



transporte de apenados e órgãos para transplantes, sendo incompatíveis com horas extras e incorporável e para todos os efeitos legais.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal no 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Com efeito, verifica-se que o chefe do Poder Executivo detém a competência necessária para apresentar o Projeto de Lei ora em tela, conforme aduz o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação, (Grifo nosso)

Parágrafo Único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Corroborando deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, observe-se:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (Grifo nosso)

Ainda, a Lei Estadual nº 13.666/02, que instituiu o Quadro Próprio do Poder Executivo do Estado do Paraná (QPPE), objetiva a organização dos cargos públicos de provimento efetivo, sob o fundamento de qualificação profissional e de desempenho, com a finalidade de assegurar a continuidade da ação administrativa, bem como a eficiência do serviço público, vejamos:

Art. 1º. Fica instituído o Quadro Próprio do Poder Executivo do Estado do Paraná - QPPE, composto pelos atuais ocupantes de funcionários civis da Administração Direta e Autárquica, pertencentes ao Quadro Geral do Estado - QGE, que organizará os cargos públicos de provimento efetivo, decorrentes da alteração, em seis carreiras, fundamentado nos princípios de qualificação profissional e de desempenho, com a finalidade de assegurar a



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

DL
Fls. 31
J

continuidade da ação administrativa e a eficiência do
serviço público.

Ademais, o art. 3º, § 1º da Lei supramencionada, organiza
as carreiras do Quadro do Poder Executivo da seguinte forma:

Art. 3º. As Carreiras do Quadro Próprio do Poder
Executivo do Estado do Paraná - QPPE, serão
organizadas em 03 (três) Cargos, disposto de acordo
com a natureza profissional, complexidade de suas
atribuições e nível de escolaridade, sendo que, cada
cargo será composto de 03 (três) classes III, II e I, com
as quantidades na forma do disposto nos Anexos I e VI
desta Lei.

§ 1º. As carreiras do Quadro Próprio do Poder Executivo
do Estado do Paraná - QPPE, são: Apoio, Execução,
Aviação, Penitenciária, Profissional e Fazendária,
conforme segue:

- I - Apoio, composta pelo cargo de Agente de Apoio;
- II - Execução, composta pelo cargo de Agente de
Execução;
- III - Aviação, composta pelo cargo de Agente de
Aviação;
- IV - Penitenciária, composta pelo cargo de Agente
Penitenciária;
- V - Profissional, composta pelo cargo de Agente
Profissional;

Além disso, é preciso observar que a Constituição
Estadual aduz que a Iniciativa de Leis que disponham sobre servidores



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná Fls. 32
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



públicos, seu regime jurídico, provimento de cargos, bem como estabilidade e aposentadoria, são de iniciativa privativa do Governador do Estado, nos termos dos artigos 66 e 87, vejamos:

Art. 66. Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:

II - servidores públicos do Poder Executivo, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria, reforma e transferência de policiais militares para a reserva;

Art. 87. Compete privativamente ao Governador:

IV - iniciar o processo legislativo, na forma e nos casos previstos nesta Constituição; (grifos nossos)

Nesse sentido, manifestou-se nossa jurisprudência:

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. ART. 272, § 2º, DA LEI COMPLEMENTAR N. 4 DO ESTADO DO MATO GROSSO. SERVIDORES PÚBLICOS. ACORDOS E CONVENÇÕES COLETIVAS DE TRABALHO. VIOLAÇÃO DO ART. 61, § 1º, II, DA CONSTITUIÇÃO DO BRASIL.

1. A celebração de convenções e acordos coletivos de trabalho consubstancia direito reservado exclusivamente aos trabalhadores da iniciativa privada. A negociação coletiva demanda a existência de partes formalmente detentoras de ampla autonomia negocial, o que não se realiza no plano da relação estatutária.

2. A Administração Pública é vinculada pelo princípio da legalidade. A atribuição de vantagens aos servidores somente pode ser concedida a partir de projeto de lei de iniciativa do Chefe do Poder Executivo, consoante dispõe o art. 61, § 1º, inciso II, alíneas "a" e "c", da Constituição, desde que supervenientemente aprovada pelo Poder Legislativo. (julgamento, em



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



15/02/2006, da Ação Direta de Inconstitucionalidade,
sob nº 554, tendo por Relator Ministro Eros Grau)

Ação direta de Inconstitucionalidade. Artigos 46, § 1º, e 53, parágrafo único, da Lei Orgânica do Distrito Federal. Exigência de concurso público. Artigo 37, II, da Constituição Federal. Ausência de prejudicialidade. Iniciativa do Poder Executivo. Precedentes da Corte.

1. A inteira modificação do art. 3º da Constituição Federal não autoriza o exame do tema constitucional sob sua regência.

2. Não há alteração substancial do art. 37, II, da Constituição Federal quando mantida em toda linha a exigência de concurso público como modalidade de acesso ao serviço público.

3. É Inconstitucional a lei que autoriza o sistema de opção ou de aproveitamento de servidores federais, estaduais e municipais sem que seja cumprida a exigência de concurso público.

4. A Lei Orgânica tem força e autoridade equivalentes a um verdadeiro estatuto constitucional, podendo ser equiparada às Constituições promulgadas pelos Estados-Membros, como assentado no julgamento que deferiu a medida cautelar nesta ação direta.

5. Tratando-se de criação de funções, cargos e empregos públicos ou de regime jurídico de servidores públicos impõe-se a iniciativa exclusiva do Chefe do Poder Executivo nos termos do art. 61, § 1º, II, da Constituição Federal, o que, evidentemente, não se dá com a Lei Orgânica.

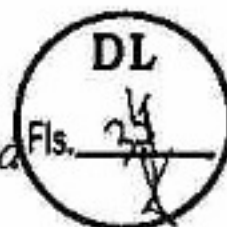
6. Ação direta de Inconstitucionalidade julgada procedente. (Julgamento, em 06/03/2008, da Ação Direta de Inconstitucionalidade, sob nº 980, tendo por Relator o Ministro Menezes Direito).

Vislumbra-se, portanto, que o Chefe do Poder Executivo detém a competência necessária para propor o Projeto de Lei ora em tela.

Ademais, devemos observar que o projeto de lei não viola a Lei Complementar Federal nº. 101/00, a qual exige que o projeto que acarrete aumento de despesa estatal seja acompanhado de estimativa



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



do impacto orçamentário-financeiro causado e declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira, tendo em vista que o mesmo não frará qualquer ônus adicional ao erário.

Destarte, as Comissões Permanentes tem competência para apresentar emendas, nos termos do artigo 29, do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná:

Art. 29. A Assembléia, depois de eleita a Mesa, organizará as comissões permanentes, dentro de quinze dias.

§ 1º Às comissões permanentes, na respectiva área de atuação, compete entre outras:

III - apresentar substitutivos, emendas e subemendas.
(grifos nossos)

O Regimento Interno desta Casa de Leis estabelece as oportunidades em que podem ser emendadas as proposições:

Art. 141. As proposições poderão ser emendadas nas seguintes oportunidades:

I - ao iniciar a discussão, desde que apoiadas por cinco Deputados;

II - nas comissões, pelos respectivos relatores, por qualquer membro da Comissão ou ainda por qualquer Deputado, conforme o disposto no artigo 51, §3º deste Regimento. (grifo nosso)



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

DL

35

Fls.

Desta forma, propõe-se a seguinte Emenda Modificativa em anexo.

Por fim, no que tange às normas de elaboração normativa, previstas na Lei Complementar 95/98, o presente projeto encontra-se revestido de legalidade.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, na forma da **EMENDA MODIFICATIVA** em anexo, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 05 de junho de 2012.

DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE

DEPUTADO NEREU MOURA
RELATOR



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 233/12

Fica alterado o Anexo Único do Projeto de Lei nº 233/12, que objetiva alterar o inciso II, do art. 18, da Lei nº 13.666. (Adicional de Voo – AVV, do Quadro de Agentes de Aviação do Poder Executivo).

ANEXO ÚNICO

Valor Adicional de Voo

(Em Reais)

R\$12.850,28

Sala das Comissões, 05/06/12

ALEXANDRE CORI

Deputado Estadual

ADEMAR TRAIANO

Deputado Estadual



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
2ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 233/12

O presente parecer tem o cunho de, sob a ótica financeira, cumprir a competência determinada pelo artigo 33-B, do Regimento Interno, examinando a Proposição de autoria do Poder Executivo – Mensagem nº 027/12 que objetiva a alteração do inciso II, do art. 18, da Lei nº 13.666, de 05 de julho de 2002.

Preliminarmente denota-se que a iniciativa foi encaminhada a douta Comissão de Constituição e Justiça que por meio do Relator Senhor Deputado Nereu Moura e após sua análise constitucional e regimental exarou o competente parecer favorável, na forma de Emenda Modificativa de autoria dos Deputados Alexandre Curi, Ademar Tralano e outros.

Procedida a análise da Proposição, sob a ótica desta Comissão de Finanças, cumprindo as obrigações impostas pelo §1º, do artigo 29, § 2º do artigo 30 e artigo 33-B, todos do Egrégio Regimento Interno desta Assembleia Parlamentar, temos observar que a proposta visa dar nova redação ao inciso supracitado, e regulamentar a concessão do Adicional de Voo aos Agentes de Aviação do referido quadro.

De igual modo, constata-se que a Constituição do Estado em seu arts. 65, 66 e 87 ressalta que a iniciativa privativa de matérias dessa natureza é do Governador do Estado.

Da mesma forma devemos observar que a matéria em questão vem acompanhada da Informação nº 074/2012-GPS/CC, por meio do protocolado nº 10.482.947-3, informando que existe previsão de recursos orçamentários na Lei Orçamentária Anual nº 17.012, de 14 de dezembro de 2011, no valor de R\$20.779.260,00 (vinte milhões, setecentos e setenta e nove mil, duzentos e sessenta reais), para as



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
2ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças



despesas com pessoal da Casa Civil no decorrer o presente exercício, na dotação que especifica, conforme QDD.

Isto posto, nada encontramos que possa obstaculizar a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa de Leis, manifestando assim, o devido parecer **FAVORÁVEL**.

É o parecer.

Sala das Comissões, 12/06/12

DEPUTADO ADEMIR BIER
PRESIDENTE

DEPUTADO ELIA RUSEH
RELATOR



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
17ª Legislatura – 2ª Sessão Legislativa



PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 011/12.


LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.
Em, 12 JUN 2012
1º Secretário

SÚMULA: Aprova o Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito do Porto de Paranaguá e Antonina.

Art. 1º Fica aprovado o Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito do Porto de Paranaguá e Antonina – Operação Dalias, constituída pelo Ato do Presidente nº 011/2011, suas conclusões e encaminhamentos.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 12/06/2012


Deputado DOUGLAS FABRÍCIO
Presidente da CPI


Deputado FERNANDO SCANAVACA
Relator da CPI

14114 12/06/2012 083561 DP ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ

14114 12/06/2012

Ato 20
11/2011



Diário Oficial Assembleia

Poder Legislativo

Edição nº 218 | 17ª Legislatura, 2ª Sessão Legislativa | Publicação nº 63 | 20 páginas
Curitiba, São-Lei, 25 de Maio de 2012

Mesa Executiva

DEPUTADO VALDIR LUIZ ROSSONI

Presidente

DEPUTADO ARTAGÃO DE MATOS LERO JUNIOR
1º Vice-Presidente

DEPUTADO AUGUSTINHO ZUCCHI
2º Vice-Presidente

DEPUTADO DOUGLAS FABRÍCIO
3º Vice-Presidente

DEPUTADO PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES FILHO
1º Secretário

DEPUTADO RENI PEREIRA
2º Secretário

DEPUTADO REINHOLD STEPHANES JUNIOR
3º Secretário

DEPUTADO GILSON DE SOUZA
4º Secretário

Lideranças

Líder do Governo	Ademar Tralins
Líder da Oposição	Enio Verr
PMDB	Celso Quintana
DEM	Elói Lino Ruch
PLDT	Fernando Sotomaior
PT	Luciana Ruffino
Italo - PP/PV/PTB/PSL	Dulio Genari
Italo - PSC/PSB/PRB	Leonardo Parnica
Italo - PSL/PMN	Marcelo Rangel
Italo - PSD/PSD	Francisco Bittor

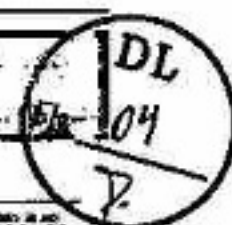
Representação Partidária

PMDB - Ademir Blat, Alexandre Curi, Antonio André de Melo, Artágio de Matos Lero Jr., Celso Quintana, Carlos Klatas, Eduardo Chetta, Jonas Schneider, Nuno Moura, Stephane Junior, Tereza Kato, Welton Pugliesi. PSDB - Ademar Luiz Tralins, Bernardo Guimarães Ribes Carli, Carlos Mara Lima, Evandro Jr., Francisco Dórea, Lutz Accord, Mauro Moraes, Rosa Litro, Valdir Roscard. DEM - Elói Ruch, Nelson Justus, Pedro Lupion, Plauto Miró Guimarães, César Bortolli. PT - Enio Verr, Luciana Ruffino, Péricles de Mello, Tadeu Verr. Professor Lemos, Toninho Mendonça, Elton Walter. PDT - André Bueno, Augustinho Zucchi, Fernando Sotomaior, Nelson Luerman. PSB - Gilberto Ribeiro, Hernan Brandão Jr., Reni Pereira. PPS - César Silvestri Filho, Douglas Fabrício, Marcelo Rangel. PSD - Maria Ruch, Ray Leprinos. PV - Rosca Rodrigues, Roberto Akali. PSC - Gilson de Souza, Paranhos. PP - Dulio Genari. PMN - Dr. Batista. PRB - Edson Procyk. PSL - Adelfo Ribeiro. PTB - Fabia Cury.

Deputados Licenciados

PMDB - Lutz Claudio Romanelli. DEM - Daniel Amaral. PSDB - Nelson Garcia.

www.imprensaoficial.pr.gov.br

**PODER LEGISLATIVO****Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**

Presidente	Reinaldo Costa da Mota
Vice-Presidente	Leir Carlos Colli
Secretário Geral da Presidência	Lydia Moreira
Director Legislativo	Mesero Ribeiro Borges
Director Administrativo	Roberto Costa Costa
Director do Pessoal	Bruno Pereira Garofini
Director do Apoio Técnico	Cláudio Cavali
Director de Assistência ao Fimário	Lucilla Felicidade Dias
Director Missões	Sergio Brás

Praça Nossa Senhora de Salette, s/n - Curitiba - PR - CEP 80.530-911

Telefone 41 3350.4000

Sumário

Sessão Plenária	03
Sessão Extraordinária	03
Processo Legislativo	05
Comissões Especiais	05
Comissões Permanentes	10

Douglas Fabrício, Dr. Bulete, Delfino Gomes, Elton Rashed, Elton Walter, Eric Vero, Evandro Junior, Francisco Sotomayor, Francisco Bahrer, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Hernan Brandão Neto, Jorge Guimarães, Luciano Salsgüter, Luiz Azevedo, Marc Tarack, Mauro Moraes, Nelson Jantos, Nelson Luzzman, Norivaldo Alves, Osmar Bertoldi, Paulo Roberto Picotelli, Nelson Lages, Afrânio de Mello, Professor Lemos, Raulo Rodrigues, Raul Pinheiro, Roberto Azevêdo, Rose "Lero", Sérgio Luiz, Tadeu Vazir, Tarcis Kato, Torihiro Watanabe e Willyr Puggini (44 Deputados).
Nile Vettoretti, Carlos Mara Lima, César Silveira Filho, Luiz Roberto Chirita, Marcelo Ramal, Paschoa e Plinio Neto (06 Deputados) / Azevedo

11.03.17 - 2ª Reunião do Projeto de Resolução nº 008/12, da Câmara do Conselho da Tornaia de Curitiba, aprovando a prestação de contas dos despesas da Sra. Deputada, referente ao mês de março de 2012. Com presença favorável de Conselho da Tornaia de Curitiba: Sr. vereador (Votos: 14) Sr. Adriano Roberto, Adilson Francisco, Adriano Bion, Acilene Neto, Américo Kipper, Augustinho Zucchi, Celso Queiroz, Cleora Maria Lima, Cleiton Karlo, Douglas Fabricio, Dr. Edilton, Delfio Gervari, Elise Rech, Elton Welter, Ednir Wer, Ewandro Jesus, Fernando Scaramia, Francisco Wilker, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Irmãos Brindisi Junior, Jonas Guarnieris, Luciano Ruffiani, Luiz Antonio, Luiz Eduardo Chirde, Marcelo Rangel, Marle Turck, Mauro Moraes, Nelson Justo, Nereu Moura, Osmar Bonaldi, Paulo Edson Francisco, Paulo Lippow, Pádua de Mello, Paulo Mello, Professor Lemos, Rafael Rodrigues, Rani Pereira, Roberto Anelli, Rose "Lara", Sérgio Jório, Toran Kato, Toninho Werschewski e Waldy Pagani (44 Deputados). Não votaram: Alexandre Carl, André Bueno, César Silveira Filho, Nelson Lauer, Pádua e Tadeu Wani (05 Deputados). 1. Atestado.

Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente declarou encerrada a Sessão Extraordinária, marcando-se outra para logo após o término da presente, com a seguinte Ordem do Dia: 1º Discussão do Projeto de Emenda à Constituição - PEC nº 009/12, Rodolfo Fial de projeto do Lei nº 848/11; 2º Discussão dos Projetos de Lei nºs 869/11 e 205/12, "Levando-se a Juízo" (Sessão marcada às 17h20, tendo sido levada a presente Ata para fins de publicação e arquivamento ao disposto no Art. 113 do Regimento Interno.)

HIS-2000

Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Palácio REX de Curitiba
Diretoria Legislativa

Exceção Extraordinária de dia 22 de maio de 1972 - Ass. n° 987

[illegible]

ORTHEM DU ELIAS (Mach/haug)Na tere omêpa deu aradôz. Pôndente - aus von?

[illegible]

DEPUTADO PROFESSOR JEMER (PT) do Presidente, Sr. e Sr. Deputado, já
meus votos estão juntos quanto a PEC 39 visando pelo primeiro vez, proporcionar ao cidadão
que em qualquer e qualquer caso, seja proposta de Emenda Constitucional, possa se
dirigir a Comissão Constitucional 29, a qual que seja aceita, após, na Assembleia, em setembro
de 2010. Aguardamos a Emenda 29 em setembro de 2009 e a reforma da PEC 34, que
depois da aprovação recebeu o número de Emenda 29, alterando o Conselho de Estado
de Paraná, incluindo os serviços de segurança pública como polícia civil, polícia
militar, polícia artilharia, as atividades da Polícia Rodoviária, do Poder Judiciário e
tribunais do Poder Judiciário, o novo nome seria, que tem o direito de receber os seus estudos
na forma de projeto de lei. Então, a Emenda 29 já está em vigor desde o dia 28 de outubro
de 2009, não está passando nenhuma das mudanças. Aqui o debate foi longo, mas de um
lado, há de uma Assembleia Política através que os Assessoria e, também, em todos os
regiões do Estado. Foi por isso que os debates públicos e a lei aprovada por unanimidade.
O que observamos, no projeto do Governador, que é a Emenda PEC 34, que ele propõe
deixar um dispositivo já alterado, que já estava no Conselho do Estado do Paraná,
que na hora de chegar a Assembleia Pública para ingressar na Polícia Militar e no Corpo de
Bombeiros, sempre através não do giro não vai seguir para o ingresso. Então a alteração
nova a Emenda 29 e a sua PEC assumem pelo Governador. Obedecemos o Substituto já
implantado em vários outros Estados brasileiros e queremos que ele seja sempre implantado, após
no Paraná, em abril de 2011, por força da própria Emenda 29. Isso não aconteceu. Está
apresentando agora, aproximadamente os quatro projetos que o Governador mandou para o
Sen. Sr. e Sr. Deputado, de maneira possível. Portanto, já está rotulado aqui. Resumindo:
três vezes mais do que, inclusive aprovada que o primeiro e 1º de março. Portanto, já está
implantado a todos os países de militares, bombeiros, polícia civil e a Polícia Civilista,
o pagamento por indenização, incluindo a 1ª de agosto de 2012 e uma resposta tanto da
Constituinte Nacional, quanto da Assembleia do Estado do Paraná, assim a Emenda 29, de outubro
de 2010. Portanto, no mesmo mês e ano, não precisamos de outra alteração legislativa que
para a nossa comunidade tenha o benefício. Já está sendo se ingressar, o mesmo projeto.
Na mesma oportunidade é importante. No entendimento das entidades que representam
os policiais e os bombeiros em relação do Estado do Paraná, o entendimento é que um

[illegible]

AS. PRESIDENTE (Departada Yabir Ramón) - FICUS: Concedere a pater, para
suministrar, a Departada Lázaro Kalfoun.

[illegible][illegible]

INFORMAÇÃO - 2ª Comissão de Projeto de Lei nº 28311, de autoria do Deputado Pádua de Mello, discutindo o projeto de lei enviado a Assembleia do Estado de Goiás - Com. Pádua, com sede no Ministério de Criação e Ração no Ministério da União

[illegible][illegible][illegible]

Summary:

Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
 Palácio XIX de Dezembro
 Diretoria Legislativa
 Sessão Extraordinária de 22 de maio de 2012 - 10ª e 11ª

Processo Legislativo

Comissões Especiais

RELATÓRIO DA CPI DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

DA INSTALAÇÃO

Em virtude das notícias veiculadas pela imprensa nacional com relação às denúncias de possíveis irregularidades na Administração do Porto de Paranaguá e Antonina, em especial as relacionadas à chamada "Operação Delfim" patrocinada pela Polícia Federal, dentre outras que chegaram ao conhecimento dos parlamentares, em 08 de junho de 2011, através de ato de Presidência, houve a instalação da CPI dos Portos de Paranaguá e Antonina, visando apurar possíveis irregularidades e a indicação de medidas corretivas para o bom andamento da atividade portuária.

COMPOSIÇÃO

A Comissão Parlamentar de Inquérito foi composta pelos Excepcionais Senhores Deputados Douglas Fabrício (Presidente), Fernando Scarampa (Relator), Jonas Guimarães, Roberto Staphane Junior, Ademir Biaz, Mauro Moraes, Evandro Junior, Hermes Brandão Junior, Pedro Lupion, Professor Lemos, Raula Rodrigues.

DO FUNCIONAMENTO

Como já abordado, a Comissão foi instalada com o prazo de 120 (cento e vinte) dias de funcionamento, sendo posteriormente aprovado seu prorrogamento em Plenário na Assembleia Legislativa para a sua prorrogação, por mais 60 (sessenta) dias, conforme prevê o art. 36 § 3º do Regimento Interno da Codi, combinado com outros artigos do mesmo diploma, e julgado pelo STF.

RELATÓRIOS - VISITAS - INQUISIÇÕES

Para início dos trabalhos da CPI foram visitados diversos órgãos envolvidos na problemática portuária, visando coleta de informações e documentos, a saber:

1. Superintendência da Polícia Federal;
2. Justiça Federal;
3. Tribunal de Contas do Estado do Paraná;
4. Ministério Público do Estado do Paraná;
5. Procuradoria da República;
6. Procuradoria do Trabalho;
7. Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina.

A seguir o resumo de todas as atas de reuniões com a relação dos presentes e ausentes, tais:

DATA	ATAS ASSEMBLEIAS DEBATERIAS
08/06/2011	ATA DE INSTALAÇÃO DE COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO (CPI DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA)
08/06/2011	Aprovada por unanimidade a expedição de requerimentos ao Ministério Público Federal, Polícia Federal, e Tribunal de Contas do PR para subsidiar a CPI com informações e documentos referentes a "Operação Delfim" e "Luzes Verdes".
21/06/2011	Aprovada por unanimidade: "Expedição de requerimento de informações do Tribunal de Contas" "Requisição de documentos e informações tributárias e APFA" e verificação in loco das condições operacionais e logísticas dos portos de Paranaguá e Antonina" "Requisição de documentos junto à ANTAQ"
28/06/2011	"Exatidão sobre as providências pendentes junto à Procuradoria da República e Justiça e APFA" "Presença de uma visita técnica na sede da APFA em 07/07/2011, na sede do Ministério Público Federal e na Justiça Federal em Paranaguá"
05/08/2011	"Exatidão sobre as providências realizadas junto à APFA" e deferimento de protocolo de ofício pelo Juízo Federal de Paranaguá a Presidência mediante termo de comprometimento e reconhecimento "Proposta de visita ao Juízo de Vara Federal de Paranaguá para colher sobre as provas para verificação dos dados da operação Delfim" "Requisição pelo Dep. Raula Rodrigues e estabelecimento de critérios e condições de acesso aos dados Proposta de implementação de CPI" "Requisição pelo Dep. Ademir Biaz e envio de equipe técnica a apurar o comprometimento em Paranaguá" "Sugestão do Dep. Professor Lemos de ampliação do quadro"

Ata 10ª e 11ª de maio de 2012 de 10ª e 11ª, no Plenário do Centro Legislativo Presidente Antônio Carlos, às dezesseis horas e trinta e sete minutos, de acordo com o Párcel Eletrônico, foi registrada a presença dos seguintes Parlamentares: Ademir Biaz, Ademir Tralero, Ademir Biaz, Alexandre Curi, André Biaz, Antônio Neto, Fernando Scarampa, Toninho Mendonça, Arturigo Júnior, Augustinho Zucchi, Cezar Quintana, César Silvestri Filho, Cláudio Kiehl, Delfino Genser, Douglas Fabrício, Elton Busch, Elton Walter, Evandro Junior, Eno Verr, Francisco Biaz, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Hermes Brandão Junior, Jonas Guimarães, Luciano Ruffignin, Luiz Accorsi, Luiz Eduardo Chade, Carlos Maria Lima, Maria Tereza, Mauro Moraes, Marcelo Rangel, Nelson Lemos, Osmar Benedito, Pastor Edson Paszyk, Péricles de Mello, Pedro Lupion, Professor Lemos, Raula Rodrigues, Rosa "Lito", Raul Pereira, Roberto Accioli, Stephanus Nizar, Tadeu Vanni, Tarciso Kato, Valdir Rosário e Waldyr Pugliesi (41 Deputados). Votaram "sim": Elton Walter, Eno Verr, Luciano Ruffignin, Péricles de Mello, Professor Lemos, Tadeu Vanni e Toninho Mendonça (07 Deputados). Não votaram: André Biaz, César Silvestri Filho e Luiz Accorsi (03 Deputados). **Aprovada.**

ORDEN DO DIA: (Presidente - sem voto)

1º. PRESIDENTE (Deputado Valdir Rosário - PSD/PR): Com 42 Sessões Deputados presentes, agora prosseguir a votação das Resoluções Finais das FICs no plenário.

ITEM 01 - Redação Final da Proposta de Emenda à Constituição - PEC nº 90/12, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 07/12, alterando o Art. 24 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Estadual (Rádio e Televisão Educativa do Paraná) Em votação (Votaram "sim": Ademir Biaz, Ademir Tralero, Ademir Biaz, Alexandre Curi, Antônio Neto, Arturigo Júnior, Augustinho Zucchi, Cezar Quintana, Carlos Maria Lima, Cláudio Kiehl, Douglas Fabrício, Delfino Genser, Elton Busch, Evandro Junior, Fernando Scarampa, Francisco Biaz, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Hermes Brandão Junior, Jonas Guimarães, Luciano Ruffignin, Luiz Accorsi, Luiz Eduardo Chade, Carlos Maria Lima, Maria Tereza, Mauro Moraes, Nelson Lemos, Osmar Benedito, Pastor Edson Paszyk, Pedro Lupion, Péricles de Mello, Raula Rodrigues, Raul Pereira, Roberto Accioli, Rosa "Lito", Stephanus Nizar, Tarciso Kato e Waldyr Pugliesi (43 Deputados). Votaram "sim": Elton Walter, Eno Verr, Luciano Ruffignin, Péricles de Mello, Professor Lemos, Tadeu Vanni e Toninho Mendonça (07 Deputados). Não votaram: André Biaz, César Silvestri Filho e Luiz Accorsi (03 Deputados). **Aprovada.**

De 32 Deputados César Silvestri Filho e Luiz Accorsi, registramos suas vontades a FIC.

ITEM 02 - Redação Final da Proposta de Emenda à Constituição - PEC nº 90/12, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 01/12, alterando o § 1º do Art. 43, bem como o Art. 61 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, e ainda, de nova redação ao § 1º do Art. 43 e ao § 2º do Art. 43, instituindo o estatuto como Sessão de comemoração da Polícia Militar, da Polícia Civil, do Corpo de Bombeiros e dos Delegados de Polícia do Estado.

(Votaram "sim": Ademir Biaz, Ademir Tralero, Ademir Biaz, Alexandre Curi, Antônio Neto, Arturigo Júnior, Augustinho Zucchi, Carlos Maria Lima, César Silvestri Filho, Cláudio Kiehl, Douglas Fabrício, Delfino Genser, Elton Busch, Eno Verr, Evandro Junior, Fernando Scarampa, Francisco Biaz, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Hermes Brandão Junior, Jonas Guimarães, Luciano Ruffignin, Luiz Accorsi, Luiz Eduardo Chade, Carlos Maria Lima, Maria Tereza, Mauro Moraes, Nelson Lemos, Osmar Benedito, Pastor Edson Paszyk, Pedro Lupion, Péricles de Mello, Raula Rodrigues, Raul Pereira, Roberto Accioli, Rosa "Lito", Stephanus Nizar, Tarciso Kato e Waldyr Pugliesi (43 Deputados). Votaram "sim": Elton Walter, Eno Verr, Luciano Ruffignin, Péricles de Mello, Professor Lemos, Tadeu Vanni e Toninho Mendonça (07 Deputados). Não votaram: André Biaz, César Silvestri Filho e Luiz Accorsi (03 Deputados). **Aprovada.**

ITEM 03 - Redação Final da Proposta de Lei nº 205/12, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 02/12, concedendo o índice geral de 3,1% nas tabelas de reajuste baseadas de todas as categorias estatutárias civis e militares do Poder Executivo do Estado do Paraná. Em votação (Votaram "sim": Ademir Biaz, Ademir Tralero, Ademir Biaz, Alexandre Curi, Antônio Neto, Arturigo Júnior, Augustinho Zucchi, Carlos Maria Lima, César Silvestri Filho, Cláudio Kiehl, Douglas Fabrício, Delfino Genser, Elton Busch, Elton Walter, Eno Verr, Evandro Junior, Fernando Scarampa, Francisco Biaz, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Hermes Brandão Junior, Jonas Guimarães, Luciano Ruffignin, Luiz Accorsi, Luiz Eduardo Chade, Carlos Maria Lima, Maria Tereza, Mauro Moraes, Nelson Lemos, Osmar Benedito, Pastor Edson Paszyk, Pedro Lupion, Péricles de Mello, Professor Lemos, Raula Rodrigues, Raul Pereira, Roberto Accioli, Rosa "Lito", Stephanus Nizar, Tadeu Vanni, Tarciso Kato, Toninho Mendonça e Waldyr Pugliesi (43 Deputados). Não votaram: André Biaz e Cezar Quintana (02 Deputados). **Aprovada.**

Não houve mais nada a tratar, o Sr. Presidente declarou encerrada a Sessão Extraordinária. "Luzes Verdes e Delfim". (Sessão encerrada às 17h43, tendo sido lida e presente Ata, para fins de publicação e encaminhamento ao despacho no Art. 112 do Regimento Interno.)

	Monitor e aplicação de ajuste de outros órgãos do Poder Executivo e do fisco federal
	*Questionamento feito pelo Dep. Mauro Moraes sobre os contratos de chamamento público de 2006 em diante em especial referendando ao TCP
21/03/2011	Ofício do Sr. Leopoldo Campos
	*Protocolo e aprovação requerimento de substituição do Dep. Elton Rocha pelo Dep. Pedro Lagoinha
05/10/2011	*Relatório sobre as diligências realizadas
	*Aprovação das atas dos reportagens de "APPA" e seus precursores; das representações legais da Receita Federal, Fortaleza, Harbor, do Procurador da República do Procurador do Trabalho e do Sr. Fayad, representante da ANVISA no Porto de Paranaguá no período de gestão do Sr. Filadelfo Riquelme e representante legal da construtora da Terminal de Fertilizantes
	*Captação de requerimento a "APPA" solicitando os nomes dos advogados que demandam contra o Porto de Paranaguá as áreas trabalhistas
	*Exatidão do Dep. Mauro Moraes sobre a concessão de mais de oito mil metros quadrados e um tempo de tempo de amplexo para o TCP cujo renovação, concessão e outras são integrais - Lei 8685/1993
	*Pedido de ofício do Sr. Jairo Moraes e Silva, gestor do TCP
06/10/2011	Ofício do Sr. Luiz Antônio Fayad
10/10/2011	Ofícios do Sr. Jairo Moraes e Silva e do Sr. Márcio Felipetto
19/10/2011	Ofício do Sr. Maurício de Faria
23/10/2011	Ofício do Sr. Alair Ribeiro dos Reis
	Ofício do Sr. Benedito Nicolau dos Santos e do Sr. Márcio Vilor de Sousa
26/10/2011	
08/11/2011	Ofícios do Sr. Cristiano Everson Bueno e da Sra. Stella Marie de Figueiredo Bittencourt
09/11/2011	Ofício do Sr. Artur Vidal Marins
16/11/2011	Ofício da Sra. Stella Marie de Figueiredo Bittencourt
13/11/2011	Ofício do Sr. Daniel João de Oliveira
29/11/2011	Ofício do Sr. Daniel João de Oliveira
30/11/2011	Ofício da Sr. Eduardo Riquelme de Mello e Silva

DA DOCUMENTAÇÃO ANALISADA

Para a realização dos trabalhos da CPI, foram expedidos decretos de ofício solicitando informações e documentos de diversos órgãos públicos envolvidos, em especial, quanto a documentação judicial e presente nos arquivos da APPA, conforme relação abaixo:

DATA	OFÍCIO	DESTINATÁRIO	OBJETO
08/06/11	1	Superintendente Polícia Federal	Requisição documentos operação Delfes e Águas Sujas
08/06/11	2	Procurador-Chefe da República no PR	Requisição documentos operação Delfes e Águas Sujas
08/06/11	3	Conselheiro Presidente Tribunal de Contas do PR	Requisição documentos operação Delfes e Águas Sujas
10/06/11	4	1º Secretário Assembleia Legislativa PR	Solicitação de ata de reunião da CPI para realização da CPI
20/06/11	5	Conselheiro Presidente Tribunal de Contas do PR	Solicitação de servidores para o apoio técnico da CPI

			*Requisição documentos operação Delfes e Águas Sujas
			*Requisição dos processos em ações judiciais que regulam os "chamamentos públicos" no Porto de Paranaguá
			*Requisição dos relatórios jurídicos contábil relação todos os egressos trabalhistas da "APPA"
22/06/11	6	Superintendente Adm. Portos de Paranaguá e Antonina "APPA"	*Solicitação de justificativa a respeito detalhado das operações do terminal Berdo de Toffe
29/06/11	7	Superintendente Adm. Portos de Paranaguá e Antonina "APPA"	Informação sobre a visita dos Deputados da CPI aos Portos de Paranaguá e Antonina
29/06/11	8	Dep. Paulo Sérgio Guimarães Filho	Solicitação de veículo locado para transporte da comissão
03/08/11	9	Superintendente do Banco do Brasil	Requisição dos valores e dados dos processos e eventos apólios pelo "APPA" e empresas promotoras
05/08/11	10	Superintendente Adm. Portos de Paranaguá e Antonina "APPA"	Solicitação relatório e documentos sobre empresas que utilizaram armazenamento grãos no silo público no período de 2003 a 2011
08/08/11	11	Procurador-Geral de Justiça do PR	Requisição dos inquéritos, investigações, ações e denúncias sobre a apuração de fraudes em licitações e desvio de cargas nos Portos de Paranaguá
09/08/11	12	Superintendente Adm. Portos de Paranaguá e Antonina "APPA"	*Solicitação do controle de arrendamento n. 033/1997 e respectivos adesões celebradas sobre "APPA" e Marton Serviços de Despachos em Geral Ltda (concedência n. 005/1987) *Requisição dos processos de protocolo 004158-6 / 7052658-7 / 9351875-8
01/09/11	13	Superintendente Adm. Portos de Paranaguá e Antonina "APPA"	*Requisição de documentos da Ação Popular número 1 e TEAPAS
15/09/11	14	1º Secretário Assembleia Legislativa PR	*Requisição cópia, Atas de audiências públicas, contratos e deliberações, atuação controle social referentes ao TCP
13/09/11	15	1º Secretário Assembleia Legislativa PR	Solicitação das atas das reuniões das comissões e atas das reuniões das comissões para o prazo de 90 dias para trabalhos da CPI
13/09/11	16	Deputados da Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do PR	Solicitação de prorrogação do prazo para conclusão da CPI dos Portos de Paranaguá e Antonina
28/09/11	17	Procurador-Geral de	Requisição de informações

		Clevisson de Souza	decolamento em 23/11/2011
24/10/11	36	Sr. Eduardo Rogério de Almeida e Silva	Intimação para prestar depoimento em 29/11/2011
31/10/11	37	Superintendente Adm. Portos de Paranaguá e Antonina "APPA"	Solicitação requerimento de protocolo n. 11.854.823-1 dirigido a "APPA" e respectiva resposta
15/11/11	38	Superintendente Adm. Portos de Paranaguá e Antonina "APPA"	Requisição dos documentos: 1) Pareceres jurídicos de análise de viabilidade do 84, 94 e 104 lotes aditivos do contrato de arrendamento n.001/1994 2) Atesta e comprovação dos investimentos referendados nos aditivos 3) Ordem de serviço n.004/2006 - "APPA" 4) Acordo Internacional, convênio, parecer jurídico e estudos e justificativa sobre a inclusão no artigo 31da Ordem de Serviço n.026/2007 - "APPA" 5) A substituição dos meios de retrada do projeto de dragagem vindoura, a bordo da evolução e terminal de Antonina - PR
			Recebimento do requerimento de 08/11/2011.
			São e resposta de que toda documentação solicitada para consulta encontra-se no gabinete do Dep. Douglas Fabrício e será remessa via eletrônica
23/11/11	40	Dr. Roberto Brazzoli Neto	Recebimento do requerimento de 22/11/2011 e resposta ao pedido de adiantamento da data marcada para deslinchamento do Sr. Eduardo Rogério de Almeida e Silva, intimado como testemunha em 09/11/2011
21/11/11	41	Superintendente Adm. Portos de Paranaguá e Antonina "APPA"	Requisição do processo adm. APPA n. 10.854.825-1 de 01/03/2011 com resposta de Sr. Daniel Lúcio Oliveira de Souza
30/11/11	42	Superintendente Adm. Portos de Paranaguá e Antonina "APPA"	Requisição dos processos adm., pareceres jurídicos, projetos, licenças ambientais e adm., processos de licitação e outros referentes à instalação de empresa Tectum Engenharia e Construção S/A de propriedade de Sr. Elze Buffa em Antonina.
12/11/11	43	Superintendente Adm. Portos de Paranaguá e Antonina "APPA"	Requisição dos processos adm. "APPA" n. 11.031.090-0 / 10.854.934-3 / 10.564.936-0 / 10.854.937-8 / 10.854.938-6 com resposta referente ao requerido pelo Sr. Daniel Lúcio Oliveira de Souza

30/11/11	44	Superintendente Adm. Portos de Paranaguá e Antonina "APPA"	"Requisição do Quarto Termo Aditivo ao contrato de arrendamento 026/1997 (Paranaguá Serviços de Despechos em Geral Ltda); processo adm. referente a análise de viabilidade técnica econômica e parecer jurídico. "Justificativa para a assinatura do Quarto termo aditivo em especial quanto à transferência dos direitos do contrato para a empresa TEAPAR, feita a cláusula 9ª do contrato original vetando a transferência dos direitos do contrato a terceiros
05/12/11	45	Superintendente Adm. Portos de Paranaguá e Antonina "APPA"	Requisição do relatório dos arrendamentos e permissões concedidas pela "APPA" contendo: Nome e CNPJ dos arrendatários e/ou permissões locais da "APPA"; n. contrato e data de assinatura; objeto e área de concessão; prazo de concessão original; n. de aditivos e resumo de seus objetivos; promessas e datas projetadas para a final dos contratos; valores fixos e variáveis de remuneração dos arrendamentos e/ou permissões.
07/12/11	46	Superintendente Adm. Portos de Paranaguá e Antonina "APPA"	"Requisição do edital, contratos, aditivos, empresas e notas fiscais referentes a aquisição de sistema e classes de manutenção para implementação do GPS-CODE "Relatório de funcionamento do sistema e dos equipamentos. "Justificativa sobre as novas aquisições de sistemas e classes para o funcionamento do GPS-CODE

E foram recebidas em resposta aos requerimentos os seguintes ofícios:

DATA	OFÍCIO	PROCELIÊNCIA	ASSUNTO
30/06/2011	232/2011	Procuradoria da República no Município de Paranaguá	Resposta ao Ofício n. 002/2011 - Assembleia Legislativa do Paraná
07/07/2011	346/2011	Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina	Resposta ao Ofício n. 006/2011 - Assembleia Legislativa do Paraná
15/03/2011	369/2011	Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina	Complementação ao Ofício 346/2011 - "APPA"
22/03/2011	004/2011	Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina	Comitê da "APPA" para Avaliação Pública de
			Aprovação e execução do Estudo de Impacto
			Ambiental - EIA e seu respectivo Relatório de Impacto Ambiental -

DL
10
2

			REMA da Dragagem de Aprofundamento dos Canais de Navegação, Bacias de Almacém e Bacias de Evolução do Sistema Aqueduto dos Portos de Paranaguá e Antonina
17/08/2011	424/2011	Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina	Resposta ao Ofício n. 012/2011 - Assembleia Legislativa do Paraná
19/09/2011	3809/2011	Diretoria Legislativa	Resposta ao Ofício n. 012/2011 - Assembleia Legislativa do Paraná
04/10/2011	661/2011	Unidade de Defesa Democrática	Comunicação sobre a substituição do Dep. Elói Ruy pelo Dep. Pedro Lupion
31/10/2011	573/2011	Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina	Resposta ao Ofício n. 030/2011 - Assembleia Legislativa do Paraná
11/11/2011	2022/11	Procuradoria-Geral de Justiça	Resposta aos Ofícios n. 011/2011 e 017/2011 - Assembleia Legislativa do Paraná
22/11/2011	626/2011	Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina	Resposta ao Ofício n. 033/2011 - Assembleia Legislativa do Paraná
28/11/2011	639/2011	Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina	Resposta ao Ofício n. 041/2011 - Assembleia Legislativa do Paraná
29/11/2011	641/2011	Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina	Documentos solicitados durante oitiva realizada na Assembleia Legislativa do Paraná em 09/11/2011
01/12/2011	650/2011	Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina	Resposta ao Ofício n. 042/2011 - Assembleia Legislativa do Paraná
01/12/2011	651/2011	Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina	Resposta ao Ofício n. 044/2011 - Assembleia Legislativa do Paraná
02/12/2011	661/2011	Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina	Resposta ao Ofício n. 045/2011 - Assembleia Legislativa do Paraná
08/12/2011	670/2011	Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina	Resposta ao Ofício n. 046/2011 - Assembleia Legislativa do Paraná

Restou ainda analisado relatório entregue pela Procuradoria da República Federal, que apontou o trâmite das seguintes ações no tocante a atividade portuária:

EXATÓRIO INICIADO PELA PAZ

PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS E INQUÉRITOS CÍVIS PÚBLICOS

Número	Assunto	Situação
1.25.000.000046200-4-99	Revisão e atualização do regulamento das operações de comércio de exportação do Porto de Paranaguá, implantação das medidas aprovadas pelo CAP (Conselho de Autoridade Portuária), Confio de atribuições APMA e CAR.	Inquérito Policial 185/2008 (0000037-59.2010.40.47008)

1.25.000.000046200-4-15	Exercício Ambiental da ZEP	Proposta e ação civil pública nº 0000437-79.2011.40.47008
1.25.000.000014/200-4-59	Explosão da torques no navio "Vila Rica", da Bandeira chilena no terminal marítimo de empresa Catalina, Porto de Paranaguá.	Arquivo após homologação de 4º Classe de Coordenação e Revisão do MPF
1.25.000.000075/200-5-19	Possíveis irregularidades cometidas pela superintendência de administração dos Portos de Paranaguá e Antonina - APMA.	Arquivado no Juízo 0006.70.08.000176-6
1.25.000.0001538/200-5-20	Possíveis irregularidades referentes à administração dos portos de Paranaguá e Antonina.	Arquivado após homologação de 5º Classe de Coordenação e Revisão do MPF
1.25.000.000008/200-6-83	Licenciamento para instalação de "projeto casa oca", Ampliação de cas do Porto de Paranaguá	Em trâmite no PMA/Pgua
1.25.000.0000046/200-6-18	Depósito irregular de resíduos de coque (carvão mineral) no subsolo de área do Porto de Antonina.	Em trâmite no PMA/Pgua
1.25.000.000128/200-6-10	Acompanhamento do procedimento de dragagem do canal de acesso ao porto de Paranaguá	Em trâmite no PMA/Pgua
1.25.000.000043/200-6-02	Possíveis irregularidades em conexão de arrendamento de área localizada no povo de Antonina, em local denominado Porto do Jello	Inquérito Policial 130/2008 (0000076-05.2008.40.47008)
1.25.000.000043/200-6-50	Evento prática de ato de descumprimento de ordem de encaminhamento de decisões judiciais proferidas pelo TJ/PR nas autos 2006.70.08.000250-7 (ref. embarque de soja geneticamente modificada no Porto de Paranaguá).	Ação Criminal 2007.70.08.000144-8
1.25.000.000003/200-7-99	Crime ambiental: queima do "cabo terra" no Porto de Paranaguá, sem licença.	Inquérito Policial 120/2010 (0000306-91.2010.40.47008)
1.25.000.000003/200-8-11	Implantação do Terminal de Alcool em Paranaguá	Proposta e ação civil pública nº 2008.70.08.001843-2 (anexo)
1.25.000.000128/200-9-25	Procedimento de licitação de instalação do terminal público de Alcool de Paranaguá. APMA	Proposta e ação civil pública nº 0001248-67.2009.40



		4.7008 (anexo)
1.25.007.000013000 9-31	Uscamento ambiental para instalação e operação do terminal de Alcool. Município de Paranaguá.	Proposta a ação civil pública nº 5000049-73.2010.4.04.7008
1.25.007.000093000 9-61	Irregularidades envolvendo administração da mão-de-obra e condições de trabalho no Porto de Paranaguá.	Em trâmite na PRPA/Piqua
1.25.007.000033000 9-01	Vistoria em terminal público de álcool	Instaurado Inquérito Policial
1.25.007.000090000 9-25	Ampliação do Terminal 01 ao Porto de Paranaguá pelo CIT IAUPE.	Proposta a ação civil pública nº 5000159-20.2010.4.04.7008
1.25.007.000013001 0-01	Ampliação da infraestrutura do Porto de Paranaguá consistente na construção de terminais públicos e privados de fertilizantes, bem como de estírios para transporte de resíduos sólidos, pelo lap. de ela/mma.	Proposta a ação civil pública nº 0000056-23.2010.4.04.7008
1.25.007.000015001 0-05	Lançamento de substância alcosa na baía de Paranaguá. APPA e Alcoso Biggs.	Proposta a ação civil pública nº 5000025-62.2010.4.04.7008
1.25.007.000011000 0-67	Improbidade administrativa. Omissão quanto a tomada de medidas para conter a proliferação de vetores de zoonoses da região portuária de Paranaguá.	Proposta a ação civil pública nº 5000013-52.2010.4.04.7008
1.25.007.000033001 0-33	Possíveis irregularidades no contrato de arrendamento firmado entre a APPA e a Paratransporte Transporte SA - Transportes.	Em trâmite na PRPA/Piqua
1.25.007.000017001 0-79	Suspeitas irregularidades em processo de licitação para contratação de serviços de coleta, transporte e destinação final de resíduos sólidos gerados na área do Porto de Paranaguá.	Instaurado Inquérito Policial
1.25.007.0000119001 0-78	Auxílio de funcionamento ambiental para funcionamento do Porto de Paranaguá.	Instaurado Inquérito Policial
1.25.007.000009001 0-21	Funcionamento de atividade potencialmente poluidora. Depósito de lixo urbano e industrial em local impróprio. Município de Paranaguá.	Instaurado Inquérito Policial
1.25.007.0000083001 0-22	Crime ambiental. Vistoria de traço fiscal na Baía de Paranaguá.	Inquérito Policial 089/2010 00000286-66.2010.4.04.7008
1.25.007.000005001 0-13	Possíveis irregularidades em atos do Superintendente da administração dos portos de Paranaguá e Antonina - APPA, relacionados às atividades dos operadores portuários.	Inquérito Policial 134/2010
1.25.007.000025001	Implementação de correntes transportadoras	Proposta

0-23	no Porto de Paranaguá sem as devidas licenças ambientais.	Ação civil pública nº 2009.70.06.001607-4
1.25.007.000015001 1-44	Possíveis irregularidades em licitação para contratação de prestação de serviços de estudos de viabilidade técnica e projeto de engenharia visando implantação de rodovia de acesso à ponte de aço (Município de Paranaguá), melhorias e duplicação das rodovias PR-407, PR-412, melhorias na PR-508 e construção de ponte sobre a lagoa de Guaratuba	Em trâmite na PRPA/Piqua
1.25.007.000043001 1-94	Práticas criminosas envolvendo a APPA, bem como alguns operadores portuários, por meio de empresas fictícias.	Instaurado Inquérito Policial
1.25.007.000025001 1-80	Irregularidades em processo licitatório para contratação de empresa prestadora de serviços de manutenção contínua de sinais eletrônicos.	Instaurado Inquérito Policial

AÇÕES CIVEIS

Número	em face de	assunto	Situação
2009.70.06.000230-1	Eduardo Requie	Improbidade. Ônibus ao embarque de soja transgênicos	Em trâmite. Ajustada em 23/02/2009.
5000113-52.2010.4.04.7008	Eduardo Requie Daniel Lúcio	Improbidade Administrativa. Omissão quanto à tomada de medidas para conter a proliferação de vetores de zoonoses na zona portuária de Paranaguá	Em trâmite. Ajustada em 07/07/2010
5000049-73.2010.4.04.7008	Eduardo Requie Daniel Lúcio entre outros	Improbidade Administrativa referente à instalação do Terminal do Alcool	Em trâmite. Ajustada em 13/02/2010
5000096-23.2010.4.04.7008	APPA Pacha Top, S/A Associação de Piqua, entre outros	Ação Civil Pública. Obrigação de fazer, abster de dar continuidade à instalação e subsequente operação dos amplificador de onda-estruturas portuárias do Porto de Paranaguá	Em trâmite. Ajustada em 10/05/2010
5000076-27.2011.4.04.7008	APPA	Execução de serviço público - requer que a APPA rescinda o contrato de arrendamento com a empresa INTERALL, acatando imediatamente o objeto do contrato (construção de Silos junto ao Corredor de Exportação no porto de Paranaguá)	Em trâmite. Ajustada em 06/06/2011
2007.70.06.001332-3	APPA	Ação Civil Pública. Intervenção Federal no Porto de Paranaguá, por ônibus no embarque de soja transgênicos.	Arquivada. Ajustada em 05/08/2007 Declinação ao STF - ACCD 1134 (arquivado em 11 de outubro de 2009 por perda superveniente da competência)
2008.70.06.001643-3	APPA	Ação Civil Pública. Regularização Ambiental de	Em trâmite.

		Terminal do Alcool e residência de famílias em áreas de risco.	Ajustada em 14/11/2008
5000412.67.2010.4 04.7008	APPA	Ação civil pública. Requer tomada de medidas pela APPA para controlar a proliferação de vetores de zoonoses em Paranaguá.	Em Trâmite. Ajustada em 02/02/2010.
2006.70.06.001554- 5	APPA e IAP	Ação Cautelar Incompetência do IAP para processar o licenciamento ambiental de atividade de dragagem do canal de acesso ao Porto de Paranaguá.	Arquivada. Ajustada em 26/09/2008 J. Extinta sem juízo por perda do objeto. Trâmite em Juízo em 09/04/07
2009.70.08.001248- 0	APPA e outros	Reparação e indenização por vazamento de álcool ocorrido no dia 13/02/2009 no Terminal de Alcool, em Paranaguá.	Em trâmite. Ajustada em 11/08/2009
5000252- 02.2010.404.7008	APPA e outros	Compensação e reparação dos danos ambientais em decorrência do desmatamento de área desolada na Ilha de Paranaguá pela embarcação "DANIEL", encalçada no banco 20/02/2004 dos Portos de Paranaguá, ocorrido no dia 16 de novembro de 2009.	Em trâmite. Ajustada em 05/05/2010
2004.70.08.001587- 4	APPA, ALL, CMA, e outros	Suspensão imediata da implantação do Terminal de Movimentação e Armazenamento de Alcool da empresa CMA Armazéns Gerais LTDA.	Em trâmite. Ajustada em 23/10/2009
5000150- 20.2010.404.7008	APPA, Catalão, IAP, entre outros	Requer que a CATALÃO cesse as atividades de dragagem do Terminal 01 do Porto de Paranaguá, até a regularização ambiental do empreendimento.	Em trâmite. Ajustada em 09/04/2010
5000432- 30.2011.404.7008	APPA, TCE, IAP	Licenciamento Ambiental	Em trâmite. Ajustada em 16/09/2011

AÇÕES PENAS

Número	Assunto de	Assunto	Situação
5000415-22.2010- 404.7008	Eduardo Requão e Daniel Lúcio	Crime Ambiental. Omissão quanto à tomada de medidas para conter a proliferação de vetores de zoonoses na zona portuária de Paranaguá.	Em trâmite
2007.70.08.000144- 8	Eduardo Requão	Art. penurificação	Em trâmite
2009.70.01.2153-8	Eduardo Requão, Daniel Lúcio, entre outros	Operação Delfim. Irregularidades em processo Sotavento, etc. (investigação algébrica)	Representa- ção penal.

AÇÕES CIVIS COM RESUMO DO PEDIDO INICIAL

Destes ainda listado pelo MPF, bem como encaminhado cópias de pedidos
iniciais de ações civis populares dos pedidos, e assuntos apontados pelas
investigações, encontram-se a seguir descritos:

Número	Assunto de	Assunto
2009.70.08.000237- 1	Eduardo Requão	Improbidade. Ótica no embargue de ação transitória

RESUMO:

EDUARDO REQUÃO DE MELLO E SILVA, durante o exercício do cargo em
comissão de Superintendente da Administração dos Portos de Paranaguá e
Antonina - APPA, autarquia vinculada à administração direta do Estado do
Paraná, atuou contra os princípios que regem a administração pública,
deixando de dar cumprimento à lei federal e obstruindo independentemente o
embargue de ação transitória no Porto de Paranaguá. Dessa forma, faz-se na
conduta praticada nos artigos 1 e 8 do artigo 11 da Lei nº 8429/93.

Resalte-se que EDUARDO REQUÃO foi nomeado Supervisor da APPA em
janeiro de 2008, tendo deixado o exercício do cargo em novembro de 2008, em
razão da Súmula Vinculante nº 13 do Supremo Tribunal Federal, que afastou o
separismo dos Três Poderes.

Durante todo o tempo que esteve à frente da APPA, EDUARDO REQUÃO
apresentou uma postura claramente contrária aos princípios genericamente
modificáveis, tendo, várias vezes, se valido de medidas para obter o
transporte de soja geneticamente modificada pelo Porto de Paranaguá.

Número	Assunto de	Assunto
5000413- 52.2010.404.7008	Eduardo Requão	Improbidade Administrativa. Omissão quanto à tomada de medidas para conter o proliferamento de vetores de zoonoses na zona portuária de Paranaguá
	Daniel Lúcio	

RESUMO:

EDUARDO REQUÃO DE MELLO E SILVA e DANIEL LÚCIO OLIVEIRA DE SOUZA,
durante o exercício do cargo em comissão de Superintendente da
Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina - APPA, autarquia vinculada
à administração direta do Estado do Paraná, atuaram contra os princípios que
regem a administração pública, ao retardar/denegar de dar cumprimento a ato
que deveria ser celeridade, qual seja, selar pela limpeza e higiene das instalações
do Porto de Paranaguá, dando causa ao aumento excessivo de pontos
domésticos e roedores, vetores de doenças zoonóticas, expondo em risco a
saúde dos moradores do Município de Paranaguá e região.

No mesmo período, no ano de 2004, a Administração do Porto de Paranaguá
também foi alvo de investigação por uma Comissão Parlamentar de Inquérito
pela Assembleia Legislativa do Paraná. A seguir, reproduzimos alguns trechos
do relatório final da CPI, que bem demonstram as precárias condições de
higiene em que o Porto de Paranaguá se encontra:

"Na data de 11 de maio de 2004, conforme constavam as fotos e notícias
gráficas, a CPI procedeu diligências junto a APPA e dependeu-se com pontos
vistos, rios, e sejeira de todo tipo e espécie, não só na área portuária, mas
também nos Sítios, situação esta amplamente divulgada pela imprensa na
época.

[...]

Essa Comissão também anexou a complexidade do assunto área portuária,
principalmente no que se refere à limpeza do Sítio Público, por necessitar de
pessoa especializada para a sua realização, pois o risco de epidemias é elevado
durante a operação, além de necessitar de equipamentos de elevado custo.
Nesse sentido, indagação apresentamos a reforma dos muros e seu
desmatamento para atender a demanda de pontos, redes e outras de
produtos, pois tem propício a proliferação de roedores e pontos no local, além
de diversas doenças em especial respiratórias."

Portanto, o relatório final da CPI foi bastante claro para com a Administração dos
Portos de Paranaguá e Antonina, pois, levando em consideração apenas a
informação de que a APPA teria contratado empresa especializada para a
limpeza do Porto, considerando o bem relativo às condições sanitárias "sanada":

"Após a intervenção da CPI, que procedeu a visita de fiscalização junto a
Superintendente dos Portos de Paranaguá e Antonina, constatou-se a tomada
de medidas que atenderiam estas questões sanitárias, situação esta também
comprovada nos relatórios da AMTAC, constante do item 10.20, deste
Relatório e pela APPA, relatado no item 10.3 infra-exposto, bem como em
atualização da CAP - Conselho de Autoridade Portuária."

Contudo, nos anos de 2005 e 2008, a APPA foi várias vezes notificada e primaver a
manutenção das áreas sob sua responsabilidade livre de criadouros de larvas
de insetos adultos, roedores e quaisquer outros vetores de doenças. Devido ao

desempimento das notificações, a APPA foi autuada 03 (três) vezes em 2004, 07 (sete) vezes em 2005, 01 (uma) vez em 2006, 03 (três) vezes em 2007, 11 (onze) vezes em 2008 e 21 (vinte e uma) vezes em 2009 por descumprimento do artigo 105, inciso II, da RDC 217/2001.

Número	em face de	assunto
5000013-73.2010.4.04.7008	Eduardo Requião Daniel Lucio OUTROS	Improbidade Administrativa referente à instalação do Terminal do Alcool

RESUMO:

O Diretor-Presidente do Instituto Ambiental do Paraná, Vitor Hugo Eduardo Burlo, e os demais servidores do órgão ambiental estadual requeridos na presente ação, Henry Luis Avila Teles, Reginato Joaquim Brum Blum, Rosângela Maria Costa Freire e Carlos Eduardo da Silva, expediram/foram expedir diversas licenças ambientais que permitiram a instalação e a operação precária do Terminal do Alcool, sem o cumprimento das condicionantes impostas na Constituição e legislação ambiental e em evidente descumprimento à medida final emanada por este Juízo.

Mé o Superintendente da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina, Daniel Lucio Oliveira da Souza, e seu interessar no cargo, o requerido Eduardo Requião da Silva e Silva, requereram a Rararam uso de autorizações/licenças ambientais que saltem indevidas, iniciaram as obras do Terminal Público de Alcool antes da obtenção da licença de instalação do empreendimento, descumpriram ordem judicial expressa, entre outras condutas improprias lizadas ao cargo de peço. Ademais, na administração da APPA, por reiteradas vezes, os administradores demonstraram atitude desleal às instituições de direito público bem como postura processual ilegítima, atendo contra os princípios de honestidade, de legalidade, da moralidade administrativa, da publicidade e da indisponibilidade do interesse público, que devem permear todos os atos administrativos. Assim agindo, suas condutas enquadraram-se no preceito legal descrito no artigo 11, caput, da Lei nº 8429/92.

Maurício Vitor de Souza, Procurador Jurídico do autarquia portuária, adotou postura processual ilegítima, distorcendo e encobrendo a realidade dos fatos, subvertendo a finalidade da suspensão processual dos autos nº 2008.70.08.001643-2 de modo a beneficiar a APPA. Sua atitude desleal e impropria deu causa ao descumprimento da medida final emanada nos autos supramencionados. Dessa forma, cometou atentado aos princípios que regem a administração pública, em especial, aos princípios de moralidade e de probidade administrativa.

A CTD - Consultoria Técnica de Obras Civis Ltda. e respectivo sócio administrador Edinei Gonçalves Lourenço deram início às obras do Terminal Público de Alcool antes da emissão da licença de instalação do empreendimento, o que denota má-fé e descaso para com a legislação ambiental, incorporaram assim na prática de ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública, inculcado no caput do art. 11 da Lei nº 8429/92.

Número	em face de	assunto
5000596-23.2010.4.04.7008	APPA Rocha Top, IAR, Município de Foz de Iguaçu, entre outros	Ação Civil Pública. Obrigação de fazer abster de dar continuidade à instalação e subseqüentes operações das ampliações da infraestrutura portuária do Porto de Paranaguá

RESUMO:

Na presente Ação Civil Pública pleiteia o Ministério Público provimento jurisdicional de caráter final e urgente consistente, dentre outros, na suspensão imediata da implantação da obra de ampliação da infraestrutura portuária do Porto de Paranaguá pretendida pela Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina (APPA) e pelos réus ROCHA TOP S/A e RTP ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES LTDA, HÉLIO FIGUEIREDO FREIRE FREIJO, JOÃO GILBERTO GOMES FREIRE e GUILHERME MOREIRA RODRIGUES, consistentes no Terminal Público de Fertilizantes, em Sistema Transportadoras sobre a área do Porto Organizado, e em Terminais Privados de Fertilizantes, para evitar a continuidade do Registro descumprimento da legislação ambiental e urbanística e o advento de danos ambientais irreparáveis ou de difícil reparação, além dos riscos causados pelo significativo impacto poluidor e à ordem urbanística dos empreendimentos em comento. Desta, ainda, pedido de antecipação dos efeitos da tutela pretendida para que seja decretada, liminarmente, a suspensão de validade das licenças ambientais

ambientais integralmente concedidos pelo requerido APPA e de anulação prévia e averbação em todos os registros pelo Município de Paranaguá.

O objeto principal da presente Ação Civil Pública é e de condenar a Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina (APPA) e ROCHA TOP Terminais e Operadores Portuários Ltda., RTP Administração e Participações Ltda., HÉLIO FIGUEIREDO FREIRE FREIJO, JOÃO GILBERTO GOMES FREIRE e GUILHERME MOREIRA RODRIGUES, se obrigarem a não fazer consistente em se abster de dar continuidade à instalação e subseqüentes operações das ampliações da infraestrutura portuária do Porto de Paranaguá; à obrigação de somente implantar essas ampliações mediante regular cumprimento da Lei Federal nº 3.632/98 e demais legislações correlatas; à obrigação de prévia e escrito cumprimento das condicionantes e exigências estabelecidas na legislação ambiental e urbanística, especialmente a prévia realização e aprovação de Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) e de Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV), bem como, em qualquer caso e em responsabilidade solidária e integral com o réu Instituto Ambiental do Paraná, à obrigação de reparar integralmente os danos ambientais e socioambientais causados, conforme pedidos constantes alhures.

Número	em face de	assunto
5000828-27.2011.4.04.7008	APPA	Execução de serviço público - requer que a APPA rescinda o contrato de arrendamento com a empresa INTERALI, passando imediatamente o objeto do contrato (construção de Silos junto ao Corredor de Exportação no porto de Paranaguá)

RESUMO:

A presente ação visa assegurar que a requerida, Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina (APPA), rescinda o contrato de arrendamento com a INTERALI Administração e Participações Ltda., assumindo imediatamente o objeto do contrato.

Como se pode observar na supracitada manifestação, a APPA tem pleno conhecimento do não atendimento por parte da INTERALI Administração e Participações Ltda. das condições de arrendamento, bem como de impossibilidade de suas operações a partir de 30/03/2011.

Número	em face de	assunto
2008.70.08.001643-2	APPA	Ação Civil Pública. Reparação Ambiental do Terminal do Alcool e preservação de floresta em área de risco.

RESUMO:

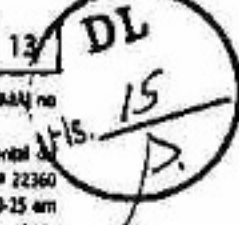
A presente ação visa impedir flagrante e zionia à legislação ambiental, em razão de concessão de licença e autorizações ambientais pelo réu Instituto Ambiental do Paraná em favor do réu Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina, para implantação e operação de um terminal de armazenamento, embarque e desembarque de produtos químicos inflamáveis (álcool), sem a necessária (exigência) elaboração de Estudo Prévio de Impacto Ambiental (EIA) e respectivo Relatório de Impacto sobre o Meio Ambiente (RIMA).

De mesma forma visa garantir efetividade a diversos fundamentos insculpidos na Carta Magna para proteger a vida, a integridade física e a saúde dos cidadãos que residem na Vila Becker e Canal de Anhele (todas nesta cidade de Paranaguá), em cujo entorno se riba Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina, União Vegetal Armazéns Gerais Ltda, Fospar S/A, Carosini Terminais Marítimos Ltda e Petrobrás Transportes S/A construíram amenizamentos que mantêm substâncias químicas nocivas e/ou perigosas, comprometendo a saúde e a dignidade daquelas famílias, para além de expor-nas a iminente perigo.

Número	em face de	assunto
500011.07.2010-04.7008	APPA	Ação civil pública. Requerimento de medidas pela APPA, para controlar a proliferação de vetores de zoonoses em Paranaguá

RESUMO:

A presente ação visa assegurar que a requerida Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina (APPA) implemente medidas para efetivar a limpeza e higienização de áreas portuárias, buscando eliminar ou minimizar as ameaças causadas pela proliferação excessiva de roedores e portões domésticos, que é causada, principalmente, pelo transporte e manejo de grãos no Porto de Paranaguá.



Número	em face de	assunto
2009.70.08.001248-5	APPA, OUTROS	Reparação e indenização por vazamento de álcool ocorrido no dia 13/02/2009 no Terminal de Alcool, em Paranaguá.

RESUMO:

A presente ação visa garantir a compensação e reparação dos danos ambientais em sentido estrito, bem como dos danos socio-ambientais causados em decorrência do vazamento de álcool etílico hidratado em válvula do ducto do Terminal Público de Alcool da Administração dos Portos de Paranaguá e Ananias - APPA, durante os trabalhos de reparação portuária da empresa Alcool do Paraná Terminal Portuário S.A.

Segundo informações constantes no ofício nº 403/09 do Comando do Corpo de Bombeiros, o vazamento causou inundação em área contígua ao Terminal do Alcool.

Determinada pelos bombeiros como "Zona Quente", tal área de impacto direto, estendeu-se em 1.400 m², atingiu um total de 150 metros, compreendendo parte de planta do Terminal, de malha ferroviária e da Vila Bedor. Adicional, houve dispersão de produto nos sistemas hídricos adjacentes, bem como infiltração/absorção no solo de região.

Número	em face de	assunto
2009.70.08.001248-5	APPA, AIL, CMA, e outros	Suspensão imediata da implantação do Terminal de Movimentação e Armazenamento de Alcool da empresa CMA Armazéns Gerais LTDA

RESUMO:

Na presente Ação Civil Pública pleiteia o Ministério Público providências jurisdicionais de caráter liminar e urgente consistente, dentre outras, na suspensão imediata da implantação do Terminal de Movimentação e Armazenamento de Alcool da empresa CMA Armazéns Gerais LTDA, para evitar o agravamento dos danos ambientais irreparáveis ou de difícil reparação, bem como seja declarada, liminarmente, a suspensão da validade do licenciamento ambiental irregularmente concedido pelo município IAP - Licença Prévia nº 13376 e Licença de Instalação nº 16934, e do alvará de construção nº 13.00/2008, emitido pelo Município de Paranaguá.

Dado, ainda, pedido de antecipação dos efeitos da tutela pretendida para evitar que sejam causados ao meio ambiente, sobretudo, resguardar a integridade das condições de saúde da população local, que serão atingidas pelos riscos causados pelo empreendimento da empresa citada.

Número	em face de	assunto
2000150-20.2010.404.7008	APPA, Catalina, IAP, entre outros	Requer que a CATALINA cesse as atividades de ampliação do Terminal 03 no Porto de Paranaguá, sob a regulação ambiental do empreendimento.

RESUMO:

O objeto principal da presente Ação Civil Pública consiste na obtenção de declaração de nulidade de todo o procedimento de licenciamento ambiental realizado pelo IAP, bem como seja declarada a nulidade da análise prévia nº011/2009 emitida pelo Município de Paranaguá, assim vez que irregularmente afetada de vício.

Além, ao admitir, objetivamente, dentre outras, a condenação do rio IAP nas obrigações de não fazer, consistente na abstenção de autorizar, permitir ou licenciar qualquer obra ou atividade na área objeto da presente ação sem antes proceder a regular EIA/RIMA, bem como abster-se de conceder qualquer licença ambiental para a implantação de "Portos e Terminais de navios, de petróleo e derivados, de produtos químicos e seus análogos" sem a prévia realização de EIA/RIMA.

Nos autos termos do que foi apurado preliminarmente e que serve de subsídio ao ajuizamento da presente ação civil pública, restou comprovada a petição legítima de ampliação do Terminal 3, destinado ao armazenamento de grãos líquidos (etanol, metanol e bitumens), de propriedade de IL CATALINA TERMINAIS MARÍTIMOS LTDA, em área situada na Avenida Coronel Santa Rita, nº 2677, bairro Boqueirão, Município de Paranaguá, bem como a petição nulidade de licença ambiental emitida pelo rio Instituto Ambiental do Paraná - IAP, bem como de análise prévia emitida pela Prefeitura do Município de Paranaguá.

Dado de expressiva potencialidade poluidora, a obra de ampliação do Terminal 3 consistirá na instalação de 13 (doze) tanques de aço carbono de 5.000 m³ e ocorrerá no entorno do Bairro Boqueirão, Município de Paranaguá. Trata-se de empreendimento de grande porte e de significativo impacto poluidor, e, não obstante, não houve a devida realização de Estudo Prévio de

Impacto Ambiental e Relatório de Impacto ao Meio Ambiente (EIA/RIMA) no procedimento de licenciamento ambiental.

Impulsionando o procedimento de licenciamento, o Instituto Ambiental do Paraná - IAP emitiu, em 26 de novembro de 2009, a Licença Prévia nº 22360 (R. 85/94 do Procedimento Administrativo nº 1.25.007.000209/2009-15 em anexo), aproveitando a localização e atestando a viabilidade ambiental do empreendimento, sem exigir, no entanto, a elaboração de Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto ao Meio Ambiente, e sem manifestação técnica fundamentada que analisasse e demonstrasse a inexistência de impactos socioambientais a justificar a inexistência de EIA/RIMA.

Número	em face de	assunto
5000433-20.2011.404.7008	APPA, TCP, IAP	Licenciamento Ambiental

RESUMO:

O objeto principal da presente Ação Civil Pública é, além da confirmação das medidas liminares apontadas, e de continuar a ré TCP, em qualquer caso e em responsabilidade solidária e integral com os réus APPA e IAP, a obrigação de restabelecimento da área de preservação permanente (APP) suprimida e aterrada indevidamente, e de reparação integral dos danos ambientais e socioambientais causados pela irregular localização, instalação e funcionamento da empresa, conforme pedidos constantes alínea e, ainda, no mérito, objetivo-se obter a declaração de nulidade de todo o processo de licenciamento ambiental realizado pelo IAP, restando-o ao IBAMA.

Em 13 de abril de 1998, a APPA firmou Contrato de Arrendamento nº 002/98 com o Consórcio Radam Transbrasil, visando ao arrendamento de instalações portuárias no Porto de Paranaguá, para a implantação de terminal de veículos e contêineres, documento do Edital de Concorrência nº 002/93-APPA.

A Cláusula Quinta do contrato estipula o prazo de arrendamento em 25 (vinte e cinco) anos, prorrogável uma única vez pelo mesmo prazo, a critério exclusivo da APPA.

A Cláusula Sexta do Termo de Contrato permite à arrendatária transferir o arrendamento, desde que previamente autorizado pela APPA.

O segundo termo aditivo ao Contrato promoveu a substituição da arrendatária Consórcio Radam Transbrasil pelo Consórcio Tavecon, devido à alteração no quadro societário, a partir de 08 de dezembro de 1999.

Com o terceiro termo aditivo, de 30 de abril de 2001, o Consórcio Tavecon foi substituído pela TCP - Terminal de Contêineres de Paranaguá S.A., a qual permanece ainda hoje como arrendatária.

A APPA lançou Edital de Concorrência nº 008/97 para arrendamento de Terminal de Veículos e Contêineres de Paranaguá, no qual o Consórcio Radam Transbrasil seguiu-se vencedor. Assim teve início a construção de empreendimento de grande porte e de significativo impacto poluidor, o qual foi parcialmente instalado em área de preservação permanente (parque), sem autorização pelo órgão ambiental competente. Não obstante, não houve a realização de Estudo Prévio de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto ao Meio Ambiente (EIA/RIMA) no procedimento de licenciamento ambiental.

AÇÕES PENAS

Número	em face de	assunto
5000415-22.2010-404.7008	Eduardo Recuão de Mello e Silva, Daniel Lúcio Oliveira de Souza	Crime Ambiental. Omissão, quanto à tomada de medidas para conter a proliferação de vetores de zoonoses na área portuária de Paranaguá

RESUMO:

Verifica-se facilmente que a conduta dos denunciados Eduardo Recuão de Mello e Silva e Daniel Lúcio Oliveira de Souza, enquanto ao exercício do cargo de Superintendente de APPA (sucursariamente), se não cumpriam obrigação de relevante interesse ambiental, qual seja, promover a adequada limpeza e profilaxia das instalações portuárias, açougue por causar a poluição do meio ambiente, põe em risco a saúde da população de Paranaguá e arredores.

EDUARDO RECUÃO DE MELLO E SILVA como incurso nas condutas tipificadas no artigo 99 da Lei nº 9.605/98 combinado com os artigos 54 e 68, (as duas últimas em continuidade delitiva e concurso formal), também da Lei nº 9.605/98.

DANIEL LÚCIO OLIVEIRA DE SOUZA como incurso nas condutas típicas previstas nos artigos 54 e 68 da Lei nº 9.605/98, em continuidade delitiva e concurso

Journal

receptor	en favor de	asunto
2003.70.08.000144-8	Eduardo Requena	Preverificación

RESULTS

O denunciado EDUARDO APOCARÃO DE MELLO E SILVA, no exercício das funções do cargo em comissão de Superintendente da APPA (Administração dos Portos de Paranaguá e Anticristo), autarquia vinculada à administração direta do Estado do Paraná, dolosamente e consciente de sua conduta, retardou e deixou de praticar ato que deveria cumprir de ofício, para satisfação de interesse ou sentimento pessoal, intencionalmente frustrando a execução de lei federal e as atribuições do cargo que lhe competia, durante todo o período compreendido entre a sua nomeação para o cargo mencionado, em janeiro de 2001, até, pelo menos, julho de 2007.

Consciente de que, utilizando-se de justificativas de equívoco e boato, porém, usando, dolosamente, atingir sentimentos pessoais, EDUARDO REQUINÓ DE MELLO E SILVA, enquanto no exercício do cargo em comissão de Superintendente de APPA, retardou e deixou de praticar, evidentemente, ato de ofício, agindo de forma a atender suas convicções próprias quanto à movimentação de soja traçada nos portos do Paraná. Ainda agindo, EDUARDO REQUINÓ DE MELLO E SILVA, dolosamente e consciente de sua conduta, retardou e deixou de praticar ato que deveria cumprir de ofício, para satisfação de interesse ou sentimento pessoal, conduta castigada no artigo 319 do Código Penal.

processo	em face de	assunto
2008.79.00.1155-8	Edwards Requillo Daniel de Lugo, entre outros	Operação Orlas. Irregularidades em processos Machado, Inc. (Investigação Machado)

SAS PERSONAS EN FERIA Y DOS ASUNTOS TRATADOS

Outras pessoas com atividades privadas e públicas ligadas ao Porto de Paranaguá compareceram para prestar depoimento perante esta comissão parlamentar, trazendo esclarecimentos sobre os tópicos objeto de investigação dentro das regras que encerraram com necessidade a compreensão de sua visão sobre a realidade portuária e suas atividades, a fim de dar forma estatística:

CR. DOS PORTOS – 21/08/2003
CRIVA SR. LEOPOLDO DAMAS
O Superintendente Civil licenciado Campos recebeu cargo de Direção Técnica na "MPPA" (preto da porta a setembro de 2007); convertido pelo Sr. Roberto Raposo.
Respostas perguntas dos Deputados do CR sobre algumas das irregularidades que devotou as questões dos Portos e que foram elevadas por ele em relação enviada ao Ministério Público. Os principais assuntos abordados foram:
- A lotação a 2003/2007 do Terminal de Funchal;
- A lotação a 2003/2007 do SDO-Portos do 337 (Portos);
- A compra do Terminal de Alcaz;
- O projeto do dragagem nos bacias entre as marés altas;
- A licitação de contratação das obras dos Portos.

CR. DOS PORTOS – 06/10/2003
CRIVA DR. LUIZ ALBERTO NETT
O Dr. Faust é membro do Conselho de Administração Portuguesa –CAP, desde 2002.
Deixou sobre o desenvolvimento do Porto de Funchal a partir de 2003, período do superintendente do Sr. Eduardo Raposo, onde seu objeto de discussão é irregularidades ligadas com o contrato do Porto de Funchal, desde dramaticamente, determinando projetos relacionados à economia para serem nos últimos 30 anos.
Agradecemos aos Deputados do CR respostas sobre vários assuntos:
- Sobre o cargo;
- Oito do SDO de Portugal;
- Preparação para aliciação de obras;
- Projeto para aliciação de obras;
- Irregularidades na contratação do Dragagem;
- Ocorrência das ações judiciais do Porto;
- Atuação do Conselho.

CR. DOS PORTOS – 19/06/2011
CRIVA SR. JORGE MORAES F. SILVA
O Sr. Jorjé Silveira é Diretor Superintendente do TCF – Terminal de Gerenciamento de Funchal, desde 2007.
Ocorreu sobre a história e o trabalho do TCF nos últimos 10 anos e respondendo às perguntas dos Deputados do CR sobre assuntos como:
- A licitação do scanner no Porto;
- O TCF (que, 6.000 m2) de que se trata do TCF com licitação;
- O Sistema Adm-que ele recebe de licitação das ações do TCF e seus dados estatísticos;
- O Sistema Adm (Sistema Gerenciamento);
- Contratos de Arrendamento;
- Ações judiciais dos funcionários do TCF;
- Dragagem e desenvolvimento das bacias dos Portos de Funchal e Antena.

CR. DOS PORTOS – 19/06/2003
CRIVA DR. VASCONCELOS DA DE FONSECA
O Dr. Vasconcelos é da Direção de Funchal, da Direção de Funchal, da Direção de Funchal.

Supraintendente Marcon.
Discorre sobre a situação jurídica das Portas de Paranaguá e Antonina, privilegiando-se na questão do respeito às demandas apensadas pelo Ministério da Justiça, bem como as atividades. Segue, etc., a respeito das ações versando sobre o direito de fomento, na zona, funcionando em condições físicas adequadas para as quais foram projetados. Também foi observado que existem alguns casos de ações trabalhistas de passagem em carga de embarcado, o que prejudica o trânsito das Portas.

Respondendo às perguntas sobre alguns assuntos levantados pelo CP, o Sr. Marcon, bem como sobre as medidas e providências que vem sendo tomadas para sanar os principais problemas:

- Falta de documentos do Processamento das Portas, de regular, de acordo e de história com relação às ações, a processos, processos e contratos
- Gestão do Sítio do Parque
- Gerenciamento e Legalidade dos Contratos de Arrendamento e aluguéis
- Validade dos Contratos Públicos previstos pelo Porto

CP DOS PORTOS – 26/10/2011
OTIMIA SA. VILHOM FELIPE NETO
O Sr. Wilmar Figueira, o gestor do Porto Operações Portuárias, uma das três operadoras privadas de embarques, no Porto de Paranaguá.

Discorre sobre as irregularidades na Construção do Terminal de Paranaguá, Público no âmbito do Sr. Eduardo Araújo na Superintendência da ANPA.

Fornecendo informações aos Deputados do CP sobre alguns temas:

- A construção do Grupo Paripir
- O funcionamento da empresa contratada para a limpeza do terminal que sofre de desconhecimento
- O funcionamento do sistema de fila de descarga no terminal de embarques do Porto
- O Oramento Público realizado com o propósito de conceder o Terminal Público à iniciativa privada mediante contrato com a "ANPA" e as empresas subleitas, em benefício.

CP DOS PORTOS – 26/10/2011
OTIMIA DR. ALAN RIBEIRO DOS REIS
O Sr. Alan Ribeiro dos Reis é advogado, no período de janeiro de 2005 e outubro de 2004, foi Diretor Jurídico das Portas de Paranaguá e Antonina, na gestão do Sr. Eduardo Araújo.

Discorre sobre as tarefas de interesse do CP como:

- A emissão de ações trabalhistas do Porto provocadas, segundo ele, pela terceirização de mão-de-obra
- A disponibilidade de cargos de confiança oferecidos pelo Sr. Edson Araújo
- Questões relacionadas e diálogos do Porto e contrato para a sua manutenção
- Problemas com a Receita Federal
- Revisões dos Contratos de Arrendamento

CP DOS PORTOS – 26/10/2011
OTIMIA DR. BENEDETO NICOLAU DOS SANTOS NETO
OTIMIA DR. MARCELO VIEIRA DE SOUZA
O Sr. Benedito Nicotau dos Santos Neto foi Procurador do Porto de Paranaguá de 1997/2000 e 2000/2001. Foi Diretor Jurídico de 1997/2000 e 2000/2001.

Discorre sobre as atividades demandadas de consultorias trabalhistas do Porto e atribui o problema a fatores como:

- Nome próprio, desconhecimento da diferença entre o período de trabalho e a que o pessoal do Porto faz
- Desvalor do Trabalho
- Terceirização de serviços de limpeza

O Sr. Marcelo Vieira dos Santos foi Procurador Jurídico da "ANPA" de 1997/2000 e 2000/2001.

Complementando as considerações do Sr. Benedito sobre a demanda de ações trabalhistas considerando que esse problema começou há cerca de 30 anos, quando o Porto entrou pelo regime de CLT transformando funcionários estatutários em empregados estatutários.

Os depoimentos são dirigidos sobre os pontos, em relação às tarefas como:

- A legalidade dos Contratos Públicos previstos ao Porto
- A possível existência de ações propostas por sindicatos, sindicatos e judiciário na questão trabalhista de Paranaguá
- A existência de processos do Banco do Brasil em ações do Porto
- A questão da venda de grãos no Sítio
- O fim de pagar no Paraná para pagar contratuados moverem ação trabalhista contra o Porto.

CP DOS PORTOS – 08/11/2011
OTIMIA DR. CESAR EDSON EMBRENO BUNDO
O Dr. César Edson Embreno Bundo está no Porto desde 2005 e ocupou alguns cargos sempre atuando na área trabalhista.

Discorre sobre as atividades trabalhistas do Porto, tendo em vista os problemas anteriores e atribui a problemas principalmente a questão das horas extras, implantação de turno de 5 horas em 2003 e redução de quadro de funcionários.

Respondendo às perguntas dos Deputados do CP sobre:

- Os diálogos realizados das ações trabalhistas contra o Porto
- Terceirização de serviços
- Ações trabalhistas movidas por pessoas que não têm cargo de confiança, inclusive o Superintendente do Porto
- Medidas que foram tomadas no Governo Lula para sanar o problema trabalhista e resolver a questão da contratação de funcionários através da área jurídica do Porto
- Questões Ambientais

CP DOS PORTOS – 08/11/2011
OTIMIA DRA. SUELA MARG DE F. BITTENCOURT
A Dra. Sueli Marg de Figueiredo Bittencourt possui curso Procuradora, Chefe de Gabinete, Chefe de Setor Ambiental e Presidente do Conselho de Licitação do Porto durante o Governo Figueiredo.

As seguintes atividades de depoimentos e declarações que foram marcadas para serem dadas para a construção de um plano para poder ter acesso aos atos e trazer todos os documentos necessários para o conhecimento das informações requeridas pelos Deputados do CP.

Discorre sobre alguns assuntos solicitados:

- Oligotização do Porto no que se refere às ações trabalhistas
- Medidas que foram tomadas para reduzir o problema das horas extras e das doenças

<p>Funções</p> <ul style="list-style-type: none"> - Operação e o funcionamento dos Terminais de Alcega, de Paritizares e do Sítio para que fosse feita uma regulação nos preços - Distribuição dos salários dos funcionários - Lei de Transparência - Processo de microfilmagem dos documentos do Porto iniciado no prédio de São Sebastião - Quantidade de Porto do País - Transgênicos - Recolha dos Porto para e após a gestão de Sr. Edson Augusto - Criação de Serviços de Meio Ambiente - Preço marcado e data para as reuniões <p>CP DOS PORTOS - 08/11/2011 CITRA SR. ANTONIO VITAL MARQUES</p> <p>O Sr. Antonio Vital Marques é engenheiro civil de "APPA" há 21 anos e Superintendente dos Portos de Paranaguá e Antonina contratado para o cargo pelo Governador Beto Richa.</p> <p>Respondeu as perguntas dos Deputados da CPI sobre diversos temas:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Operação Caldas observada pelo Polícia Federal, desde a gestão - Após instalação do Porto e após que a própria empresa mudou o nome e "APPA" - A criação de uma comissão para apurar o preço da grande quantidade de documentos do Porto - Paralisação e Operação do Porto - Contas de QLT e de Contas de Meio Ambiente - questão devida do Paraná - Terminal de Alcega e Terminal de Paritizares - Caminhões Públicos - Dragagem realizada nos canais e na atracação no Porto de Paranaguá - Utilização para dragagem dos portos críticos do Canal de Itaipu - Dragagem de águas do Porto de São - Recolha dos QLT do Porto - Quantidade dos transgênicos - Problemas de dragagem com a Secretaria Especial dos Portos em Brasília - Operações ambientais que impedem a porta de ter acesso para exportar - Quantidade de salmouras que adquirem a água do Porto - Medidas que estão sendo tomadas para a paralização do Porto e solução dos problemas administrativos e trabalhistas existentes nos portos anteriores <p>CP DOS PORTOS - 24/11/2011 CITRA SRA. STELA MARIS DE FIGUEIREDO BENTONHO - SEGUNDA PARTE</p> <p>A Sra. Stela Maris de Figueiredo Bentonho discorreu sobre a situação que tem sobre os canais que, ao longo dos anos, vieram se acumulando de ações trabalhistas contra o Porto. Também falou sobre a situação que foram tomadas no prédio de Sr. Edson Augusto para evitar que problemas trabalhistas, como por exemplo, a criação de horas extras, a redução das horas de pagamento, e sobre as questões de sustentabilidade, a melhoria do conforto ambiental, entre outros.</p> <p>Discorreu que foram feitas reformas importantes no local principal do Porto, paralização, suspensão, instalação de GPS-CODE para fiscalização da área portuária, serviço de limpeza. Também foi instalado o sistema de carga e descarga para reduzir as filas de caminhões no Porto, foram melhorados os sistemas de coleta de lixo e de água e proibição de fumar, instalação e instalação de banheiros, etc...</p> <p>Respondeu as perguntas elaboradas pelos Deputados da CPI sobre alguns temas:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Quantidade dos transgênicos - Contas de dragagem e suas despesas - Compra de draga - A obra no Cq Oeste - O sistema de água em sala quando o Sr. Edson Augusto era do Superintendente do Porto em 2008 - Quantidade de Vencimentos que teve um parágrafo especial na Ordem de Serviço de Gestão - O prazo dos documentos dos arquivos do Porto - Quantidade de construção do Terminal de Paritizares e posteriormente o Caminhão Público <p>CP DOS PORTOS - 25/11/2011 CITRA SR. DANIEL LUIZ OLIVEIRA DE SOUZA</p> <p>O Sr. Daniel Luiz Oliveira de Souza é economista atuou nos Portos de Paranaguá e Antonina de abril de 2003 a abril de 2008. Foi Chefe do Departamento Financeiro, Chefe do Departamento de Planejamento, Diretor Administrativo-Financeiro e Superintendente.</p> <p>Respondeu as perguntas dos Deputados sobre temas relevantes para a CPI:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Compra da draga (Central de licitação, especificações técnicas, inspeção do equipamento, custo de manutenção e operação, duas dragas, questões trabalhistas...) - Terminais Públicos (Terminal de São, o Sítio, Terminal de Paritizares, Terminal de Alcega, Terminal de Antonina) - Quantidade de ações trabalhistas e medidas que foram tomadas durante o período em que trabalhou no Porto para sanar o problema principalmente com relação às horas extras - Foi estabelecimento sobre a sua prisão efetuada a partir de denúncia do Ministério Público Federal, relacionadas ao desvio de gíria, compra de droga e contratação de empresas de consultoria ambiental - Os Deputados receberam uma lista para a continuação do depoimento do Sr. Daniel <p>CP DOS PORTOS - 29/11/2011 CITRA SR. DANIEL LUIZ OLIVEIRA DE SOUZA - SEGUNDA PARTE</p> <p>O Sr. Daniel Luiz Oliveira de Souza respondeu as perguntas dos Deputados sobre vários temas:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Ações trabalhistas realizadas nos Portos do Paraná - Operação do empreendimento do Porto - Criação entre as ações trabalhistas e a competitividade dos Portos do Paraná em função da redução de custos operacionais - Quantidade trabalhistas e seus valores - Terminais Públicos de Paritizares - Compra de Caminhão que não conseguiu por pessoas que foram ações trabalhistas contra a "APPA" - Instalação de ações trabalhistas que se formou em Paranaguá - Licitação e a APPA com despesas de licitação - Medidas que foram tomadas e Sr. Daniel a sanar relações com o Sr. Edson Augusto em fevereiro de 2010 - Quantidade de recebimento de salários do Porto - O plano de gestão do Vencimento sobre prioridade de uma Ordem de Serviço 	<p>- Indício que levaram a desconfiança a ser preso e sua defesa com relação a algumas das acusações.</p> <p>CP DOS PORTOS - 26/11/2011 CITRA SR. EDUARDO CORRÊA</p> <p>O Sr. Eduardo Corrêa foi Superintendente da "APPA" de 2008 a 2009. Discorreu sobre vários assuntos de interesse da CPI:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Processo de licitação para compra da draga e suas especificações - Quantidade de compra de dragagem e da compra das dragas - A logística implementada com relação à fila de espera dos navios no Porto e a ordem de descarga das mercadorias - O cancelamento da licitação do Cq do Oeste - Quantidade dos transgênicos no Porto - Defesa dos pontos de vista com relação às acusações de improbidade administrativa e de "basta no Brasil" de sua gestão: afirma que pediram a intervenção no gerenciamento do Porto em 2005, 2006 e 2007... - Tarifas mercantis, trabalhistas que foram realizadas no Porto durante o período em que foi Superintendente - Paralisação das obras de acesso e do Porto de Paranaguá - Licitação, instalação, manutenção da área principal de Paranaguá - Contratação de dois prédios para abrigar a Polícia Federal e o Ministério da Agricultura - Automação de São - Paralisação e reforma do prédio de Itaipu - Criação e manutenção do GPS-CODE - Criação de Serviço de Meio Ambiente - Modificações nas questões trabalhistas dentro do Porto... <p>CP DOS PORTOS - 08/12/2011 CITRA SR. EDUARDO CORRÊA - SEGUNDA PARTE</p> <p>O Sr. Edson Augusto discorreu sobre pontos polêmicos de sua gestão como Superintendente da "APPA", citando suas responsabilidades de ordem anterior a trabalho desenvolvido para melhorar suas informações. Foi indagado pelos Deputados da CPI sobre vários assuntos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Como foi a criação do distrito superior, atuação da Superintendência Portuária - Avaliação técnica do Porto feita pelo MPF em 2008/2009, pelo Secretário dos Portos e por Edson Augusto, se houve algum problema - O prazo das provisões das medidas na CPI e de outras documentos importantes que foram parte do trabalho do Porto - Construção do Terminal de Paritizares - Instalação do GPS-CODE para desenvolver e controle de acesso no Porto de Paranaguá - Quantidade trabalhistas, com enfoque no problema das horas extras, sobre de função e realização de horas de 8 por 8 horas - Crescimento da Recolha Ambiental durante a sua gestão - Construção do Terminal de Itaipu no Porto de Paranaguá - Exatidão sobre empresas e salários que se dispõem para - Condições feitas com o Banco do Brasil para garantir o acesso do Porto - Relações com o Sr. Daniel Luiz Oliveira de Souza - O plano de gestão do Cq do Porto de Paranaguá - Redução dos salários de área principal onde se encontravam pessoas de draga e manutenção - Contratação e demissão de Sr. Leopoldo Corrêa - Contratação jurídica do Porto e os interesses do Ministério de ações trabalhistas criadas em Paranaguá
--	--

DOS MÓDULOS DE TRABALHO

Visando a racionalização dos trabalhos da CPI, tendo em vista de sua complexidade e da profundidade dos assuntos abordados, foi deliberado pela distribuição do seu escopo em módulos, bem como pela necessidade de atuação simultânea de todos os membros e para que fossem atingidos todos os objetivos em tempo hábil.

Os tópicos a seguir demonstram a divisão estabelecida, que agrupou as atividades afins a serem investigadas:

"OPERAÇÃO DALLAS" - POLÍCIA FEDERAL

A primeira verificação da CPI referiu-se à operação "Dallas", criada depois da pedido de vista dos inquéritos e representações, a qual foi deferida judicialmente, sob condição de sigilo do tratado e divulgação dos dados contidos na documentação disponibilizada e excusas realizadas pela Polícia Federal, fato que impôs restrições de ordem legal e operacional para o amplo debate e aprofundamento da questão no âmbito da tomada de depoimentos, eis que somente o Presidente e Relator se disponibilizaram a atuar: termo de compreensão para visualização dos dados contidos nos inquéritos.

Conforme amplamente divulgado na imprensa nacional, a Polícia Federal delibrou inquérito policial, denominado "Dallas", o qual culminou na prisão do superintendente da APPA, e de outros empresários locais, pelo envolvimento em atos, com desvio de cargo no Terminal de cargas gerenciado pela COMPANHIA BRASILEIRA DE LOGÍSTICA S/A - CBL, e outras fraudes em licitações.

Restou também como desdobramento da referida investigação, fato as interações realizadas, fraude em licitações realizadas pela Superintendência da Administração do Porto de Paranaguá e Antonina (Edson Augusto de Melo e Silva, e Daniel Luiz Oliveira de Souza) face a

transação de fraude, em tese, em fraude internacional para aquisição de drogas pelo o Porto de Paranaguá, e na contratação de prestadores de serviços na APPA (ECOFORT - TECNOLOGIA EM GESTÃO AMBIENTAL PORTUÁRIA E SERVIÇOS LTDA - CITEC CONSULTORIA, LAMP & SON CONNECTION - AGÊNCIA MARÍTIMA LTDA, FUNDAÇÃO TERRA, AQUAPLAN TECNOLOGIA E CONSULTORIA AMBIENTAL, e PETROL COMPANY - A CONHECIMENTO E TRANSPORTE DE RESÍDUOS OLÉICOS LTDA).

Durante o curso da CPI, o Presidente e Relator da CPI tiveram acesso a material judicial (representação e inquérito) referente às investigações que tratam da questão, a qual ainda encontra-se no plano investigatório, sem que houvesse decisão recebida pelo Ministério Público, o que contudo foi restrito de divulgação e aprofundamento durante os depoimentos, de forma detalhada e minuciosa, face a expressa restrição judicial imposta pelo Desembargador Juiz Federal Marcos Magalhães, que imputou segredo de Justiça a todo material disponibilizado, sob pena de responsabilidade pessoal daqueles tivessem acesso às provas coletadas.

Não suficiente ao entrave judicial imposto, com um longo tempo de espera para deferimento de vista, no curso da CPI o próprio Poder Judiciário, desentendeu a realidade de todas as provas coletadas no curso da investigação, revertendo posteriormente sua decisão, pelo que até a presente data não se tem notícia do término da discussão jurídica sob o tema.

Logo, por tratar-se de questão já judicializada e conduzida pelo corpo técnico da Polícia Federal e Ministério Público Federal, que após ampla e varia colheita de provas, resolveu por bem a representação ao Juízo por crimes e busca e apreensões.

Importante ressaltar, ante a desnecessidade de duplicidade no tratamento do assunto já sob a regular condução do Poder Judiciário, após a análise do Presidente e Relator, e sem qualquer indício de favorecimento ou irregularidade no procedimento investigatório, esta CPI focou nas demais irregularidades que surgiram no curso da investigação parlamentar, conforme tratado da forma adiante aduzida.

CONSTRUÇÃO E OPERAÇÃO DO TERMINAL DE ÁLCOOL

Ficou verificado no curso da investigação parlamentar inquérito jurídico e administrativo referente ao Terminal de Alcool de Paranaguá.

Neste aspecto, após visita ao local e estudo de documentação, tem-se que a construção de terminal público para movimentação de Alcool do Porto de Paranaguá pode gerar gastos 13,7 milhões para a construção, que conta com sete tanques com capacidade estórica de 35 mil metros cúbicos de Alcool, que no acesso de visita da CPI não aparece com nenhum tipo de Alcool.

A capacidade de embarque é de 15 mil toneladas por dia e o terminal está apto para embarcar qualquer tipo de Alcool, desde carburantes até os usados nas indústrias de laticínios e farmacêuticas.

Dentre os pontos de discussão de debate sobre o funcionamento do referido Terminal restaram, as condições de operacionalidade e qualidade técnica de sua construção, modelo e regras para exploração do equipamento público e risco ambiental e social, face a proximidade com a Vila Sedor e Canal do Açu, e a necessidade ou não de realocação das famílias para outras regiões.

CONSTRUÇÃO E OPERAÇÃO DO TERMINAL DE FERTILIZANTES

O Terminal Público de Fertilizantes de Paranaguá, construído exclusivamente com recursos públicos, no montante de R\$ 9,5 milhões, possui estrutura transportadora ligando um silo "puído" diretamente à fôca portuária. Com as referidas estruturas, o objetivo seria retirar o produto direto dos porões dos navios e depositá-lo no silo, cuja capacidade atual é de 32 (trinta e duas) mil toneladas.



O referido terminal foi inaugurado no dia 06/03/2009, pelo Superintendente dos Portos de Paranaguá e Antonina, em conjunto com o Governador do Estado do Paraná e outras autoridades públicas. Porém, até a presente data, o terminal público de fertilizantes ainda não entrou em funcionamento, dentre outros motivos, o fato de não possuir ainda a licença de afundamento por parte da Receita Federal do Brasil.

A Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina - APPA criou portaria de nº 234/2009, com a finalidade específica de criação de uma comissão técnica para o atendimento ao Edital de Chamamento Público nº 003/09 - APPA, que trata da investigação secundária à infraestrutura pública para operação de Fertilizantes.

A estrutura atual do terminal é composta de um único silo, instalado com a área primária do porto de Paranaguá através de correias transportadoras.



Ocorre que desde a sua construção, foi identificada a restrição operacional do terminal, pois o silo atualmente construído possui capacidade de armazenagem extremamente limitada, uma vez que o mesmo foi construído para ser operado no regime de fluxo de mercadoria e não de armazenagem a longo prazo, limitando desta forma a segregação dos produtos, impossibilitando a descarga de dois ou mais produtos simultaneamente.

Segundo os levantamentos realizados pela CPI, foram apontadas pelas dependentes como possíveis irregularidades do empreendimento:

1. Ausência de previsão dos equipamentos necessários para afundamento junto à Receita Federal do Brasil;
2. Inapetência no procedimento técnico de investigação por chamamento público;
3. Direcionamento dos procedimentos de utilização da estrutura pública a nas investigações com armadores privados.

Os temas acima tratados foi também objeto de ação popular nº 9444-PI-2010.8.16.0126, que tramita junto a 2ª Vara Cível de Comarca de Paranaguá, e de ação civil pública, movida pelo Ministério Público Federal, autos nº 5000596-23.2010.404.7006, que tramita junto a Vara Federal da Comarca de Paranaguá.

Dos depoimentos prestados e colheita de documentos junto à APPA, constatou-se que efetivamente existe procedimento de chamamento público realizado pela autarquia, e que foram 3 (três) as empresas operadoras portuárias autorizadas à realizar as obras de investigação com a estrutura pública. A empresa Rache Top, operadora portuária e situada no segmento de fertilizantes foi a única empresa que efetivamente cumpriu o cronograma assumido com a APPA, e realizou a investigação de seus serviços com o Terminal Público de Fertilizantes.

DRAGAGEM NO PONTO DE PARANAGUÁ E ANTONINA

Recorrente foi a denúncia da ineficiência de programas de dragagem realizadas no Porto de Paranaguá e Antonina, entre os anos de 2005 e 2010, face a ausência de contrato com a empresa responsável pelo serviço no Porto, e a tentativa de aquisição de draga própria pela APPA, a qual culminou em diversas ações judiciais, nas mais diversas esferas, inclusive no âmbito criminal, fazendo parte do conjunto de investigações da operação "Café".

Referadamente, ficou demonstrado que um dos maiores bloqueios à expansão do setor portuário nacional está na deficiência de infraestrutura, sobretudo portuária, o que compromete o potencial do setor e representa um entrave ao crescimento do comércio internacional e de

coletagem no país. Para vencer este problema, faz-se necessária a efetivação de investimentos direcionados a obras portuárias e de acesso, e à equipagem das portos nacionais.

No entanto, a necessidade de investimentos vai além da simples redução de custos para elevação da competitividade dos produtos transportados. No mercado internacional e mesmo no país, os portos enfrentam também uma competição própria. Os portos organizados têm que disputar por seu espaço e, neste disputa, o acesso e a capacidade operacional e de atracação constituem alguns dos grandes diferenciais que os portos podem oferecer. Integrar e conjugar os fatores que representam uma maior competitividade: a) canais que atendam a navios de grande porte; b) bacias maiores e especializadas no tratamento de cargas; c) mecanização e automação do manuseio de carga; e d) sistemas eficientes de controle e informação.

A Lei 8.833/93, conhecida como Lei dos Portos, transferiu para a Autoridade Portuária a obrigação de manutenção dos acessos aquáticos e da segurança e navegação, em cada Porto Organizado.

Art. 33. A Administração do Porto é exercida diretamente pelo União ou pela entidade concessionária do porto organizado.

§ 1º Compete à Administração do Porto, dentro dos limites do área do porto:

VI - fiscalizar a execução ou executar as obras de construção, reforma, ampliação, melhoramento e conservação das instalações portuárias, sob responsabilidade e infra-estrutura de proteção e de acesso aquático ao porto;

§ 5º Cabe à Administração do Porto, sob coordenação:

I - da autoridade marítima;

a) estabelecer, manter e operar o bombardeio do canal de acesso e de bacia de evolução do porto;

As restrições à navegação são impostas reiteradamente pela Marinha do Brasil, sob orientação da Agência dos Portos do Paraná, aos navios tipo que escolam os terminais portuários, sendo nos últimos anos ao Paraná, em que pela o crescimento de atividade portuária, impulsionado pela agricultura puleira, a perda de cargas em nossos portos.

Isso especialmente pela inexistência de investimentos regulares, na medida em que não se pode atender navios de maior capacidade se cliente pagam a perder competitividade em função da perda da capacidade de carregamento por viagens que se desdobram em maiores custos de frete por tonelada transportada. Assim passaram a evitar para os navios do Paraná, para em outros Portos de maior profundidade (Rio de Janeiro/São Francisco de Sol e transferindo total das cargas para Portos vizinhos.

PASSIVO TRABALHISTA

Também no caso das investigações de CRL, fora constatado a existência de passivo trabalhista apurado ao montante de mais de R\$ 500.000.000,00, bem como, a existência de contornos de processos apurados somente por parte das secretarias da APPA e das demais terceirizadas, se bem que a existência de pagamento de horas extras inadimplidas, desconhecimento de integridade, direitos da função e até indenização por danos morais.

Além das dificuldades técnicas impostas pela legislação e inexistência jurídica adequada para gestão portuária, repete demonstrado a precariedade da estrutura jurídica para atendimento do volume de demandas judiciais que transitam em face da APPA.

Os informes disponibilizados pela Superintendência de APPA apontam que cerca de 50 milhões de reais por ano são pagos este esqueço, além das verbas ordinárias com pessoal, o que realmente impõe um retrato de controle e irregularidade de ordem histórica, além do desconhecimento da atividade de autarquia com o seu modelo jurídico.

CONCLUSÕES, APONTAMENTOS E SUGESTÕES DA CPI

Em face das diferentes características dos assuntos e irregularidades apontadas, recomenda esta CPI, como medidas de aperfeiçoamento administrativo, técnico, econômico e jurídico:

1. A continuidade na fiscalização necessária por esta Casa de Leis, inclusive quanto ao prosseguimento das medidas de caráter administrativo, civil e criminal, determinando ao responsável legal da APPA, promover as

demais devidos processos legais para responsabilização dos membros intelectuais e operadores das irregularidades, promovendo inclusive as medidas necessárias para o ressarcimento dos prejuízos causados ao erário;

2. O estabelecimento de agenda semestral por esta Casa de Leis/Comissão da Superintendência da APPA para prestação de contas das atividades portuárias paranaenses;
3. O estabelecimento de regulamentos, procedimentos, e medidas de controle e fiscalização dos quantitativos embarcados pelos Terminais Interligados ao Corredor de Exportação de forma a cobrir devida da carga, conforme previsto na "Operação Dólar";
4. O estabelecimento de um Programa de Gestão Ambiental continuado para manutenção das licenças Ambientais do Porto e dos Terminais Arredondados, bem como a execução das obrigações ambientais estabelecidas pela autoridade ambiental para a atividade portuária, visando a harmonização do Porto e do meio Ambiente;
5. A imediata avaliação de natureza técnica e jurídica, pela APPA no Terminal de Alcatraz, com a devida pericia e técnica que o tema requer, visando apontar as não conformidades existentes, com o propósito de dar condições operacionais a este importante investimento, realizado com recursos públicos, capaz de suprir as necessidades dos produtores paranaenses, sem contudo, retirar o foco da análise as condições de segurança das famílias do entorno, as quais devem, se necessário serem reforçadas para local seguro e condizente, dentro do Município de Paritaguá;
6. No mesmo sentido, no Terminal de Fertilizantes, a imediata realização de auditoria técnica e jurídica, pela APPA nestas instalações, com a devida pericia técnica que o tema requer, visando dar condições operacionais ao importante investimento realizado com recursos públicos, de modo a contemplar o uso destas estruturas de forma equânime por todos os operadores portuários privados estabelecidos no Porto de Paranaguá, e que sejam tomadas as medidas necessárias para dar condições de operação ao empreendimento;
7. Estabelecimento pelo Poder Executivo de Programa de Dragagem Permanente nos Portos Paranaenses, nos termos da legislação legislativa em vigor, em consonância com a Lei Federal n. 11.610/2007, bem como, obrigatoriamente, dos respectivos programas de monitoramento ambiental da dragagem, visando dar condições de operacionalidade aos Portos Paranaenses, com respectivo cuidado ambiental que o tema requer;
8. A implementação de correções administrativas pela APPA de forma promover a adequação do quadro funcional, estabelecendo a ampliação quantitativa e qualitativa necessário ao desenvolvimento das atividades essenciais da autarquia, eliminando as não conformidades existentes que dão causa as ações trabalhistas;
9. Pelo Poder Executivo, a imediata implementação da adequação do quadro funcional, contemplando a mudança do regime jurídico coletivo da APPA, de forma a adotar o modelo estatutário, com a definição clara e atual das atividades portuárias, cargos funções, com remuneração e atribuições compatíveis com a realidade portuária atual, visando evitar a continuidade do ajustamento de contornos de remuneração trabalhistas anualmente, que além de causar grave lesão ao erário, induzem e promovem a chamada "Instituição da Redemissão" no Porto de Paranaguá, onde praticamente todos os servidores demandam ao judiciário do trabalho contra a APPA.

Abandono das obrigações estabelecidas pela Secretaria Especial de Portos SEP, e da Agência de Transportes Aquaviários - ANTAQ, em especial quanto ao estabelecimento Plano Exploração dos Portos. Plano



ESTADO DO PARANÁ

CASA CIVIL

PROPOSIÇÃO - VETO N.º 039/11

OF/CT/CC nº 1249/2012

Curitiba, 07 de maio de 2012

F12-02

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 14 MAIO 2012

1º Secretário

Senhor Presidente,

I - À DAP para leitura no expediente

II - À DL para providências.

Em, 10/05/2012

Presidente

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 057/2012-DAP/SA, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII, combinado com o § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetel, parcialmente, o Projeto de Lei nº 039/2011, por considerar a parte vetada Inconstitucional, pelos motivos a seguir expostos.

O Projeto de Lei nº 039/11, de iniciativa parlamentar, tem por escopo estabelecer a Política Estadual de Apoio ao Cooperativismo. Em sua justificativa, sustenta os benefícios gerados pelo cooperativismo, mormente a valorização da pessoa humana, a democracia, bem como o desenvolvimento econômico e social.

Em que pese a nobre intenção dos Deputados, esta não pode se dar de forma a usurpar competências e sacrificar conceitos disciplinados na Constituição Estadual e Federal, bem como as leis que regulamentam a matéria.

O inciso X do art. 2º do projeto em comento adentra na seara do direito civil e direito comercial, matérias de competência reservada à União, conforme dispõe o art. 22, I da Constituição da República. Vejamos:

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre:

I - *direito civil, comercial, penal, processual, eleitoral, agrário, marítimo, aeronáutico, espacial e do trabalho*; (grifo nosso)

Ainda, no plano infraconstitucional, a Lei Federal nº 5.764/71, alterada pela Lei nº 6.981/82, bem como o Codex Civil, traçam o regime jurídico das sociedades cooperativas. Estas surgem por um contrato de sociedade celebrado entre pessoas que, reciprocamente, se obrigam a contribuir com bens ou serviços para o exercício de uma atividade econômica de proveito comum, sem ter como objetivo o lucro.

Sendo assim, por se tratar de matéria de competência privativa da União, o inciso X do art. 2º deve ser vetado.

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
N/CAPITAL
ProL nº 11.925.741-9



No que tange ao art. 3º da proposição em análise, insofismável a invasão de competência frente a União, uma vez que o referido artigo vem de encontro com o disposto no Inciso XXIV do art. 22 da Carta Magna, o qual dispõe que *"Compete privativamente à União legislar sobre diretrizes e bases da educação nacional"*.

Ademais, a Constituição do Estadual, em seu art. 66, elenca os casos em que o processo legislante é deflagrado pelo Chefe do Poder Executivo. Vejamos:

Art. 66. Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:

I - criação de cargos, função ou empregos públicos na administração direta e autárquica do Poder Executivo ou aumento de sua remuneração;

II - servidores públicos do Poder Executivo, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria, reforma e transferência de policiais militares para a reserva;

III - organização da Defensoria Pública do Estado e das Polícias Civil e Militar;

IV - criação, estruturação e atribuições das Secretarias de Estado e órgãos da administração pública. (Grifo nosso)

Assim, da simples leitura do art. 66, IV da Constituição Estadual, torna-se clarividente que a competência para legislar acerca das atribuições das Secretarias de Estado é de competência privativa do Governador do Estado. Não pode o legislador estadual dispor sobre o Sistema Estadual de Ensino, atribuição da Secretaria de Estado da Educação, sob pena de violação do princípio basilar de nosso ordenamento jurídico, qual seja, da Separação dos Poderes, imortalizado por Montesquieu em sua obra "O Espírito das Leis" e transcrito no art. 2º de nossa Carta Magna, a saber:

Art. 2º São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.

Desta forma, diante da inconstitucionalidade formal apresentada e o maferimento do art. 22, XXIV da Constituição Federal, o art. 3º deve ser vetado em sua integralidade.

Quanto ao art. 5º do projeto de Lei, este é inconstitucional por ferir o art. 10 da Constituição Estadual, que assim dispõe:

Art. 10º Os bens imóveis do Estado não podem ser objeto de doação ou de utilização gratuita, salvo, e mediante lei, se o beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno, órgão ou fundação de sua administração indireta ou entidade de assistência social sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública, ou para fins de assentamentos de caráter social.



Parágrafo único. A alienação, a título oneroso, de bens imóveis do Estado dependerá de autorização prévia da Assembleia Legislativa e será precedida de concorrência pública, a qual será dispensada quando o adquirente for uma das pessoas jurídicas de direito público interno, referidas neste artigo, ou para fins de assentamentos de caráter social.

As cooperativas tem caráter privado e, portanto, estão fora do núcleo normativo previsto no art. 10 da Constituição Estadual, seja para transferência de titularidade de bens imóveis a título oneroso ou gratuito. Quando o projeto de Lei prevê a possibilidade de venda, doação e comodato às cooperativas, viola frontalmente o texto constitucional estadual.

Já o art. 6º do projeto de Lei adentra em matéria submetida às regras licitatórias, encerra conceitos que conflitam com o regramento federal e estabelecem privilégios, sem respaldo na Lei reguladora.

Assim, do que se expôs, o artigo suso citado versa sobre matéria de competência privativa da União e, por esse vício intransponível, deve ser vetado.

Por fim, o art. 7º do Projeto de Lei em comento estabelece o seguinte dispositivo:

Art. 7º. Fica constituído o Fundo Estadual de Apoio ao Cooperativismo, com recursos para infraestrutura e custeio, com foco na estruturação dos empreendimentos e formação cooperativista, gerando melhores condições de expansão do sistema e seu modelo de organização social.

O artigo supracitado é Inconstitucional por vício de iniciativa, bem como inócuo juridicamente nos termos apresentados. Parecer de nº 82/2003 – PGE, da lavra do Dr. Miguel Ramos Campos, Procurador do Estado do Paraná, é adequado ao esclarecimento que se pretende oferecer:

"Para se gerir o Fundo, para lhe dar substância e função, o Fundo não pode ser deixado ao seu próprio alvedrio. O Fundo, sem estruturas que o encorrem e administrem, sem órgãos específicos que o gerenciem e cuidem para que seus fins específicos sejam atendidos de acordo com a Lei, é mera peça de ficção jurídica, quando não de poesia legislativa. Quem cria um Fundo, cria uma função na estrutura do Executivo."

Ainda, conclui o Dr. Miguel Campos, naquele caso estudado, que pouco difere da inadequação da norma ora analisada:

"Assim, claro está que não se pode dispor sobre Fundos Orçamentários sem o fazer em norma que disponha sobre a pertinência do dispositivo contábil na estrutura da Administração. Em outras palavras, a norma que constitui Fundo Orçamentário é norma de estrutura do Poder Executivo, e como tal, norma de iniciativa do Poder Executivo(...)"

Sendo assim, o art. 7º deve ser vetado em virtude da inconstitucionalidade formal subjetiva apresentada. Ademais, a propositura



ESTADO DO PARANÁ

CASA CIVIL



como trazida no texto aprovado não tem qualquer aplicação prática, pois despida dos contornos necessários à criação de um Fundo Especial, nos termos da Lei nº 4.320/64, recepcionada como Lei Complementar, ante os termos do art. 165, §9º, II da Constituição Federal.

Isto posto, esses os motivos que me levaram a vetar, parcialmente, o Projeto de Lei em epígrafe, tendo o veto parcial incidindo sobre o Inciso X, do art. 2º, bem como os artigos 3º, 5º, 6º e 7º, cujas razões submeto a elevada consideração dessa Assembleia Legislativa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.


CARLOS ALBERTO RICHÁ
GOVERNADOR DO ESTADO



Lei nº. 17142



Data 07 de maio

Súmula Estabelece a Política Estadual de Apoio ao Cooperativismo.

A Assembleia Legislativa do Estado Do Paraná

decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º A Política Estadual de Apoio ao Cooperativismo terá como finalidade o conjunto de atividades exercidas pelo Poder Público e Privado, que venham a beneficiar direta ou indiretamente todos os ramos do setor cooperativista na promoção do desenvolvimento social, econômico e cultural, reconhecido seu interesse público, nos termos do art. 148 da Constituição do Estado do Paraná.

Parágrafo único. Como agente normativo e regulador da atividade econômica, o Estado do Paraná exercerá, na forma da lei, as funções de incentivo e planejamento, apoiando e estimulando o cooperativismo e desenvolvendo mecanismos para facilitar a criação, manutenção e desenvolvimento das cooperativas.

Art. 2º São objetivos da Política Estadual de Apoio ao Cooperativismo:

I – apoiar técnica, financeira e operacionalmente o cooperativismo no Estado do Paraná, promovendo, quando couber, parceria operacional para o desenvolvimento do sistema cooperativista, com destaque para apoio às ações que promovam aprimoramento dos modelos organizacionais, principalmente em ações de inclusão social e desenvolvimento com bases sustentáveis e autônomas para os diversos setores da sociedade, com constituição de Departamento ou Coordenação de Cooperativismo nas Secretarias pertinentes do Governo;

II – estimular a forma cooperativa de organização social, econômica e cultural nos diversos ramos de atuação, com base nos princípios gerais do cooperativismo e da legislação vigente;

III – estimular a inclusão do estudo do cooperativismo nas escolas, visando à mudança de parâmetros de organização de todos os ramos do cooperativismo, especialmente da produção, do consumo, do trabalho, da saúde e do crédito;

IV – divulgar as políticas governamentais para o setor, articulando processos que

permitam debate e construção de estratégias, através da constituição de Conselho Estadual do Cooperativismo, com presença das organizações cooperativistas do modelo tradicional, solidário e Secretarias do Governo;

V – propiciar maior capacitação dos cidadãos pretendentes ou já associados nas cooperativas, apoiando a elaboração e constituição do programa estadual de apoio ao cooperativismo, fundamentado nos debates do Conselho Estadual do Cooperativismo e em estratégias que permitam ações de formação e aprimoramento deste modelo de organização;

VI – fomentar o desenvolvimento e autogestão de todos os ramos das cooperativas, especialmente do ramo do trabalho, legalmente constituídas, nos termos de sua legislação vigente;

VII – estimular a formação de cooperativas de servidores públicos municipais, apoiando técnica e operacionalmente sua formação e seu desenvolvimento, especialmente cooperativas de crédito e de consumo;

VIII – estabelecer tratamento tributário adequado ao ato cooperativo, que não pode resultar em tributação mais gravosa aos cooperados, pessoas físicas ou jurídicas, do que aquela decorrente das atividades ou operações realizadas por conta própria sem interveniência da cooperativa;

IX – estimular a criação, manutenção e desenvolvimento das cooperativas, regulamentando as obrigações legais, de modo que não resulte tratamento mais gravoso aos cooperados, pessoas físicas ou jurídicas, do que aquele decorrente das atividades ou operações realizadas por conta própria sem interveniência da cooperativa;

X – ...Vetado...;

XI – firmar, quando recomendável, convênios com cooperativas.

§ 1º O desenvolvimento da presente política, não implicará em intervenção estadual, mas em fortalecimento das cooperativas e na manutenção de sua autonomia.

§ 2º Os objetivos das cooperativas serão definidos em seus respectivos estatutos e sua estruturação legal segue integralmente a legislação federal pertinente.

§ 3º Incentivo à criação e manutenção das cooperativas do ramo infraestrutura, especialmente desenvolvendo políticas de geração de energia, inclusive sustentáveis, vedando a criação de ônus ao seu funcionamento.

§ 4º As políticas priorizarão as ações técnicas voltadas à agropecuária realizada através de associações e cooperativas e deverão contemplar demandas a serem



desenvolvidas pela Secretaria de Agricultura e do Abastecimento.

§ 5º O Estado do Paraná desenvolverá programas, através da Agência de Fomento, com a finalidade de capitalizar as cooperativas.

§ 6º A critério do Poder Executivo, este facilitará linhas de financiamento dirigidas à agricultura através de associações e cooperativas.

Art. 3º ...Vetado...

Art. 4º Nas licitações promovidas pelo Poder Público do Estado do Paraná, para prestação de serviços, obras, compras, publicidade, alienações e locações, participarão as cooperativas legalmente constituídas.

Art. 5º ...Vetado...

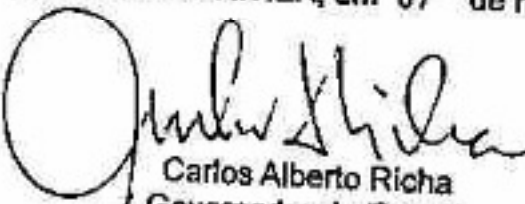
Art. 6º ...Vetado...

Art. 7º ...Vetado...

Art. 8º Fica considerada sociedade cooperativa, para efeitos desta Lei, aquela devidamente registrada na Junta Comercial, nos órgãos públicos e entidades previstas nas legislações federal e estadual pertinentes.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

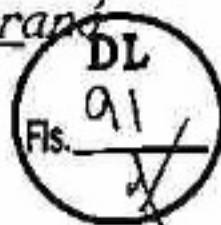
PALÁCIO DO GOVERNO EM CURITIBA, em 07 de maio de 2012.


Carlos Alberto Richa
Governador do Estado

Norberto Anacleto Ortigara
Secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento

Durval Amaral
Chefe da Casa Civil

Pedro Lupion
Deputado Estadual



Projeto de Lei nº 039/11

(Autoria dos Deputados Ney Leprevost e Pedro Lupion)

Estabelece a Política Estadual de Apoio ao Cooperativismo.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º A Política Estadual de Apoio ao Cooperativismo terá como finalidade o conjunto de atividades exercidas pelo Poder Público e Privado, que venham a beneficiar direta ou indiretamente todos os ramos do setor cooperativista na promoção do desenvolvimento social, econômico e cultural, reconhecido seu interesse público, nos termos do art. 148 da Constituição do Estado do Paraná.

Parágrafo único. Como agente normativo e regulador da atividade econômica, o Estado do Paraná exercerá, na forma da lei, as funções de incentivo e planejamento, apoiando e estimulando o cooperativismo e desenvolvendo mecanismos para facilitar a criação, manutenção e desenvolvimento das cooperativas.

Art. 2º São objetivos da Política Estadual de Apoio ao Cooperativismo:

I – apoiar técnica, financeira e operacionalmente o cooperativismo no Estado do Paraná, promovendo, quando couber, parceria operacional para o desenvolvimento do sistema cooperativista, com destaque para apoio às ações que promovam aprimoramento dos modelos organizacionais, principalmente em ações de inclusão social e desenvolvimento com bases sustentáveis e autônomas para os diversos setores da sociedade, com constituição de Departamento ou Coordenação de Cooperativismo nas Secretarias pertinentes do Governo;

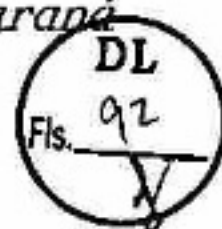
II – estimular a forma cooperativa de organização social, econômica e cultural nos diversos ramos de atuação, com base nos princípios gerais do cooperativismo e da legislação vigente;





Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



Projeto de Lei nº 039/11

fls.2.

III – estimular a inclusão do estudo do cooperativismo nas escolas, visando à mudança de parâmetros de organização de todos os ramos do cooperativismo, especialmente da produção, do consumo, do trabalho, da saúde e do crédito;

IV – divulgar as políticas governamentais para o setor, articulando processos que permitam debate e construção de estratégias, através da constituição de Conselho Estadual do Cooperativismo, com presença das organizações cooperativistas do modelo tradicional, solidário e Secretarias do Governo;

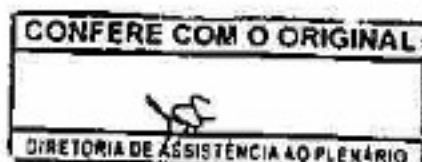
V – propiciar maior capacitação dos cidadãos pretendentes ou já associados nas cooperativas, apoiando a elaboração e constituição do programa estadual de apoio ao cooperativismo, fundamentado nos debates do Conselho Estadual do Cooperativismo e em estratégias que permitam ações de formação e aprimoramento deste modelo de organização;

VI – fomentar o desenvolvimento e autogestão de todos os ramos das cooperativas, especialmente do ramo do trabalho, legalmente constituídas, nos termos de sua legislação vigente;

VII – estimular a formação de cooperativas de servidores públicos municipais, apoiando técnica e operacionalmente sua formação e seu desenvolvimento, especialmente cooperativas de crédito e de consumo;

VIII – estabelecer tratamento tributário adequado ao ato cooperativo, que não pode resultar em tributação mais gravosa aos cooperados, pessoas físicas ou jurídicas, do que aquela decorrente das atividades ou operações realizadas por conta própria sem interveniência da cooperativa;

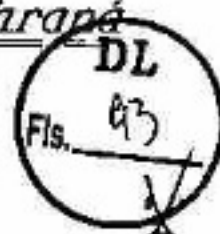
IX – estimular a criação, manutenção e desenvolvimento das cooperativas, regulamentando as obrigações legais, de modo que não resulte tratamento mais gravoso aos cooperados, pessoas físicas ou jurídicas, do que aquele decorrente das atividades ou operações realizadas por conta própria sem interveniência da cooperativa;





Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



Projeto de Lei nº 039/11

fls.3.

X – legislar regulando o fato de que as sociedades cooperativas possuem sistema operacional próprio, com registros de demonstrações contábeis disciplinadas em legislação especial;

XI – firmar, quando recomendável, convênios com cooperativas.

§ 1º O desenvolvimento da presente política, não implicará em intervenção estadual, mas em fortalecimento das cooperativas e na manutenção de sua autonomia.

§ 2º Os objetivos das cooperativas serão definidos em seus respectivos estatutos e sua estruturação legal segue integralmente a legislação federal pertinente.

§ 3º Incentivo à criação e manutenção das cooperativas do ramo infraestrutura, especialmente desenvolvendo políticas de geração de energia, inclusive sustentáveis, vedando a criação de ônus ao seu funcionamento.

§ 4º As políticas priorizarão as ações técnicas voltadas à agropecuária realizada através de associações e cooperativas e deverão contemplar demandas a serem desenvolvidas pela Secretaria de Agricultura e do Abastecimento.

§ 5º O Estado do Paraná desenvolverá programas, através da Agência de Fomento, com a finalidade de capitalizar as cooperativas.

§ 6º A critério do Poder Executivo, este facilitará linhas de financiamento dirigidas à agricultura através de associações e cooperativas.

Art. 3º O sistema estadual de ensino incentivará o cooperativismo por meio:

I – da inclusão na grade curricular do ensino da disciplina do cooperativismo nas escolas da rede estadual;





Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



Projeto de Lei nº 039/11

fls.4.

II - do fomento ao desenvolvimento das cooperativas escolares, constituídas de alunos de instituições de ensino estaduais, nos termos do art. 19 da Lei nº 5.764/71, para aprendizagem na prática dos valores do cooperativismo;

III - das práticas pedagógicas com fins cooperativistas;

IV - da utilização dos estabelecimentos públicos estaduais de ensino pelas sociedades cooperativistas para fins de programações em comum.

Art. 4º Nas licitações promovidas pelo Poder Público do Estado do Paraná, para prestação de serviços, obras, compras, publicidade, alienações e locações, participarão as cooperativas legalmente constituídas.

Art. 5º Fica a critério do Poder Executivo, por sua iniciativa ou por provocação, conceder em comodato, alienação por venda, ou doação, às cooperativas de todos os ramos, bens imóveis do Estado, com a devida autorização do Poder Legislativo.

Art. 6º O Poder Público Estadual, quando recomendável para atender às demandas de seu funcionalismo, estabelecerá convênios operacionais com as cooperativas de crédito, buscando a agilização do acesso ao crédito ao setor e da prestação de serviços, especialmente quanto à arrecadação de tributos e ao pagamento de vencimentos, salários e outros proventos dos servidores públicos civis e militares, ativos e inativos, e dos pensionistas da Administração Direta e Indireta, por opção destes, sem prejuízo do estabelecido na Lei Estadual nº 15.375/07.

Art. 7º Fica constituído o Fundo Estadual de Apoio ao Cooperativismo, com recursos para infraestrutura e custeio, com foco na estruturação dos empreendimentos e formação cooperativista, gerando melhores condições de expansão do sistema e seu modelo de organização social e econômica, proporcionando desenvolvimento local e regional.

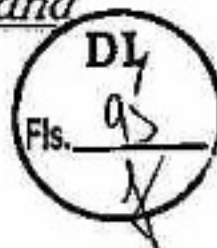
Art. 8º Fica considerada sociedade cooperativa, para efeitos desta Lei, aquela devidamente registrada na Junta Comercial, nos órgãos públicos e entidades previstas nas legislações federal e estadual pertinentes.





Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Antônio Khury



Projeto de Lei nº 039/11

Da.5.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Dezenove de Dezembro, em 16 de abril de 2012.

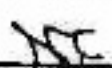
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente

Deputado PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES FILHO
1º Secretário

Deputado RENI PEREIRA
2º Secretário

RCM/TC/TSO/SMH

CONFERE COM O ORIGINAL


DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA AO PLENÁRIO



Projeto de Lei nº 039/11

Fls. 6.

JUSTIFICATIVA

A cooperação existe desde os primórdios de nossa história e sempre se fez presente na vida humana. A ideia de auxílio mútuo entre os homens serviu e contribuiu para que estes, juntos, vencessem obstáculos que sozinhos certamente não conseguiria vencer.

A essência do cooperativismo pode ser assim definida: a cooperação como forma de organização para a solução dos problemas econômicos e sociais do homem. O cooperativismo tem nas cooperativas a forma de organização social e econômica dos associados, que se tornam, por meio dela, empreendedores cooperados.

O termo "cooperação" deriva etimologicamente da palavra latina "cooperare", formada por "cum" (com) e "operare" (trabalhar), e significa agir simultânea ou coletivamente para um mesmo fim, ou seja, trabalhar em comum, para o êxito de um mesmo propósito.

Não há dúvida de que o cooperativismo é um dos caminhos viáveis para se chegar ao desenvolvimento. Na Europa, mais de 45% da população é cooperativa, e, nos Estados Unidos, 35%, enquanto no Brasil são apenas 5%. A dificuldade de crescimento do setor envolve a combinação perversa entre a falta de investimentos em educação, o que naturalmente estimula a cooperação e o não reconhecimento dos Poderes Públicos à especificidade do cooperativismo.

Um exemplo dessa dificuldade está demonstrado no compromisso da Administração Pública em geral de não mais contratar cooperativas e não possibilitar sua participação em processos de licitações. Diante desta situação, as cooperativas são obrigadas a recorrer ao Poder Judiciário para garantir os princípios constitucionais da legalidade e da igualdade.

A cooperativa como empreendimento econômico que busca a melhoria do social deve obter dos Poderes Públicos um tratamento adequado às suas especificidades, conforme explicita a Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971.





Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

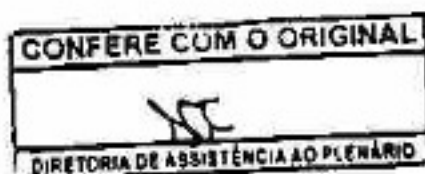


Projeto de Lei nº 039/11

fls. 7.

O cooperativismo é uma doutrina que propaga o empreendedorismo, a valorização da pessoa humana, a democracia, o desenvolvimento social e econômico. Em nossa sociedade precisamos criar alternativas de organização social que propiciem a geração de trabalho e renda para as pessoas. Levando-se em conta que o cooperativismo é dotado de valores e princípios democráticos e de igualdade, podemos considerar que o ensino do cooperativismo nas escolas pode refletir na formação de pessoas com mais consciência crítica, valores democráticos e que sejam, acima de tudo, empreendedoras.

Diante do número de cooperativas e cooperados existentes no Paraná e do potencial de criação de novos empreendimentos, é imprescindível que o Poder Público adote uma política de apoio ao cooperativismo, portanto, solicitamos o apoio dos Nobres Pares desta Casa de Leis para que este projeto seja aprovado.





Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER À PROPOSIÇÃO DE VETO Nº. 025/12

PROPOSIÇÃO DE VETO Nº. 025/12

AUTOR: PODER EXECUTIVO – OFÍCIO Nº 1249/12

SÚMULA: Veta parcialmente o Projeto de Lei nº 039/2011, de autoria dos Deputados Ney Leprevost e Pedro Lupion, que estabelece a Política Estadual de Apoio ao Cooperativismo.

EMENTA: PROPOSIÇÃO DE VETO. TEMPESTIVO NOS TERMOS ART. 71, §1º CE. ENCAMINHAMENTO AO PLENÁRIO. PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O Projeto de Lei nº 039/11, de autoria dos Deputados Ney Leprevost e Pedro Lupion que, estabelece a Política Estadual de Apoio ao Cooperativismo, tendo sido parcialmente vetado pelo Senhor Governador do Estado por considerar a parte vetada Inconstitucional.

FUNDAMENTAÇÃO

De Início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a tempestividade da proposição de veto ora em tela.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



A Constituição Estadual estabelece, em seu artigo 71, que o Governador do Estado quando considerar determinado Projeto de Lei Inconstitucional, deve vetá-lo, em até quinze dias úteis, contados da data do seu recebimento.

Art. 71. Concluída a votação, a Assembleia Legislativa enviará o projeto de lei ao Governador do Estado, que, aquiescenda, o sancionará.

§ 1º Se o Governador julgar o projeto, em todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á total ou parcialmente, dentro de quinze dias úteis, contados da data do recebimento, e comunicará, dentro de quarenta e oito horas, ao Presidente da Assembleia Legislativa os motivos do veto. (...) (grifo nosso)

Assim, considerando-se que o projeto de lei nº 039/11 foi enviado à sanção e recebido na data de 19 de abril de 2012, iniciando a contagem como determinada na Constituição Estadual, temos que a proposição de veto nº 025/12, foi exarada e encaminhada junto à Assembleia Legislativa do Estado do Paraná na data de 07 de maio de 2012, sendo desta maneira tempestiva.

Esta Comissão de Constituição e Justiça, dentro de suas competências regimentais, atesta que o veto foi oposto tempestivamente, respeitando o prazo legal.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça




CONCLUSÃO

Em razão do exposto, haja vista o procedimento de veto seguir os ditames constitucionais, esta comissão posiciona-se **FAVORÁVEL** ao encaminhamento do presente veto ao plenário.

Sala das Comissões, 22 de maio de 2012.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO TADEU VENERI
RELATOR